

LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Yasmin Moraes da Silva

A MÍDIA E AS VISÕES DE MUNDO: análise da cobertura jornalística sobre o  
álcool e outras drogas

Rio de Janeiro

2013

Yasmin Moraes da Silva

A MÍDIA E AS VISÕES DE MUNDO:

análise da cobertura jornalística sobre o álcool e outras drogas

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Escola Politécnica de  
Saúde Joaquim Venâncio como requisito  
parcial para aprovação no curso técnico  
de nível médio em saúde com  
habilitação em Vigilância em Saúde

Orientador: Cátia Corrêa Guimarães

Rio de Janeiro

2013

Yasmin Moraes da Silva

A MÍDIA E AS VISÕES DE MUNDO:

análise da cobertura jornalística sobre o álcool e outras drogas

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Escola Politécnica de  
Saúde Joaquim Venâncio como requisito  
parcial para aprovação no curso técnico  
de nível médio em saúde com  
habilitação em Vigilância em Saúde

Aprovado em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

(Cátia Corrêa Guimarães – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio)

---

(Marco Aurélio Soares Jorge – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio)

---

(Viviane da Rosa Tavares – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio)

## **RESUMO**

O objetivo desse trabalho é discutir o papel da mídia na influência de visões e concepções de mundo sobre a questão do álcool e outras drogas por meio da análise do discurso jornalístico produzido. Para atingir esse objetivo geral, foram analisadas matérias jornalísticas acerca de drogas consideradas lícitas e ilícitas. Para isso, com o intuito de servirem como base para a análise, foi desenvolvido um estudo teórico sobre os meios de comunicação, a partir de bibliografia selecionada sobre o tema e um estudo teórico sobre a abordagem científica e política mais atual sobre álcool e outras drogas. Após a conclusão do trabalho, observou-se que grande parte das matérias analisadas ao abordarem a perspectiva da saúde pública, acabavam por mesclar a questão da segurança pública, relação essa que pode ser problemática. Além disso, constatou-se a maior prevalência de matérias que abrangiam o crack e a maconha. Também se observou que em diversas matérias eram utilizados múltiplos recursos que legitimavam o senso comum acerca da questão das drogas e mais do que isso, possuíam abordagem menos relacionada aos problemas de saúde e mais orientada pela estigmatização e criminalização de uma população que sofre outros problemas/carências.

## SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO</b>	5
1.1 METODOLOGIA	6
1.2 Modelo de matriz de análise	7
<b>2. DISCUSSÃO SOBRE A MÍDIA</b>	8
2.1. A MÍDIA E SUA CAPACIDADE DE INFLUÊNCIA NA SOCIEDADE	8
2.2. IDEOLOGIA E O SENSO COMUM	10
<b>3. O PROBLEMA DAS DROGAS</b>	13
3.1. SOBRE AS PROPRIEDADES DAS DROGAS	15
3.2. OS TRATADOS INTERNACIONAIS	19
3.3 REDUÇÃO DE DANOS	21
3.4. A SAÚDE PÚBLICA	23
<b>4. ANÁLISE DAS MATÉRIAS JORNALÍSTICAS</b>	25
4.1. DROGAS MENCIONADAS	26
4.1.1 Crack	27
4.1.2. Maconha	32
4.1.3. Álcool	36
4.1.4. Cocaína	37
4.2. PERSPECTIVA DA SEGURANÇA PÚBLICA	37
4.3. PERSPECTIVA DA SAÚDE PÚBLICA	42
4.3.1. <i>Usuário X Dependente químico</i>	49
4.4. USO DE DADOS OBJETIVOS	51
<b>5. CONCLUSÃO</b>	54
<b>REFERÊNCIAS</b>	58
<b>APÊNDICE – MATRIZ DE ANÁLISE</b>	59

## 1. INTRODUÇÃO

O objeto de estudos deste trabalho é o discurso dos meios de comunicação de massa sobre a questão do álcool e outras drogas. Como sabemos, os meios de comunicação, principalmente nos dias de hoje, possuem enorme capacidade de penetração por toda sociedade desempenhando papel importante na vida da população de modo global. São fontes de entretenimento, informação, cultura e, por mais que não se declarem como tal, também são verdadeiros transmissores de concepções de mundo e ferramentas ideológicas. Quanto a questão das drogas sua importância se dá devido ao fato de ser um importante tema para a saúde pública, sendo talvez um dos temas da área que mais tem espaço ou sofre influência na mídia.

Como pesquisa documental, foram escolhidas matérias jornalísticas que abordem a questão do álcool e outras drogas. Deste modo, a partir do estudo teórico sobre a mídia, a análise das drogas vem como um estudo de caso para tornar mais claro no âmbito da realidade o conjunto de conceitos estudados.

O objetivo desse trabalho, portanto, é discutir o papel da mídia na influência de visões e concepções de mundo sobre a questão do álcool e outras drogas por meio da análise do discurso jornalístico produzido. Tem, além disso, o objetivo específico de analisar matérias jornalísticas acerca de drogas consideradas lícitas e ilícitas.

No capítulo da discussão sobre a mídia trata-se dos meios de comunicação e da sua importância para a sociedade, bem como suas funções. Além disso, apresentam-se ferramentas largamente utilizadas e conceitos como o de hegemonia, ideologia e senso comum, que se relacionam com o papel da mídia, suas características e capacidade de influência.

Já no capítulo, “O Problema das drogas”, aborda-se a questão histórica relacionada as drogas, tratando de seus múltiplos usos nos séculos passados e do surgimento da política internacional proibicionista. Além disso, listam-se as propriedades das drogas, citam-se dados da saúde referentes ao consumo e dependência e discute-se os vários métodos de tratamento existentes.

O último capítulo, “Análise das matérias jornalísticas”, mostra o resultado das análises das matérias, apresentando discursos comumente utilizados pela mídia, identificando os recursos usados para legitimar determinada questão, entre outros.

## 1.1 METODOLOGIA

Será construído um estudo teórico sobre os meios de comunicação a partir de bibliografia selecionada sobre o tema. Além disso, será feita análise de matérias jornalísticas sobre álcool e outras drogas.

Primeiramente foram elencados diversos jornais para a pesquisa das matérias, no entanto, em decorrência do curto período para a realização do trabalho, optou-se pelo Jornal O Globo por ser de grande circulação no país e mais voltado para um público “médio”, ou seja, por não ser um jornal de corte popular como O Dia e Extra, por exemplo, nem um jornal considerado mais intelectualizado, como a Folha de São Paulo.

Devido o prazo curto para desenvolvimento do trabalho optou-se por pesquisar matérias publicadas no período de um ano. O ano de 2012 foi então escolhido por ser o mais atual.

A pesquisa das matérias se deu através do site O Globo, mais uma vez pela razão de os resultados serem de fácil aquisição. A ideia original era localizar no site as matérias publicadas no jornal impresso. A pesquisa, no entanto, mostrava que isso não era possível, já que a classificação que o site apresenta mistura as matérias do jornal impresso com alguns textos do Globo Online.

A primeira busca foi pela palavra-chave “drogas” no site. Um dos filtros também utilizados além do período na pesquisa foi a editoria onde está inserida a matéria, de modo que entre as encontradas, foi escolhida a editoria País, já que possuía conteúdo mais abrangente se contrapondo às matérias factuais pertencentes a outras editorias, como por exemplo, a editoria da cidade.

Vale ressaltar que observamos que a categoria “País” do site incluía matérias publicadas na editoria País do jornal impresso e em blogs ou colunas.

Essa busca resultou em 39 matérias jornalísticas e para auxiliar na análise destas foi construída uma matriz com categorias selecionadas, provenientes de leituras e observações. O intuito é se manter um padrão na análise de todas as matérias. Segue abaixo o modelo da matriz com suas categorias.

Modelo de matriz de análise

<b>Título</b>		
<b>Data:</b>	<b>Editoria: País</b> Identificação da seção em que a matéria foi publicada no jornal	<b>Tipo:</b> Identificação do tipo de texto jornalístico: notícia, reportagem, suíte, etc. <sup>1</sup>
<b>Drogas mencionadas:</b>	<b>Perspectiva:</b> Identificação da grande área temática em que se pode inserir a abordagem da matéria. Ex: Saúde Pública, Saúde Individual, Segurança Pública.	<b>Especialista:</b> Identificação se a matéria recorre ou não a fala de autoridade especialista
<b>Grande Tema:</b> Pauta (assunto) principal da matéria		
<b>Personagens:</b> Identificação de “quem” a matéria trata. Ex: usuário, traficante, etc.		
<b>Vozes:</b> Identificação das fontes ouvidas ou acessadas na matéria sejam entrevistados, documentos escritos, relatórios, etc.		
<b>Resumo:</b>		
<b>Comentário:</b> Identificação dos pontos da matéria que chamam atenção em função do objetivo desta pesquisa: primeiro nível de análise		
<b>Dados utilizados:</b> Identificação se existem dados objetivos, principalmente numéricos e estatísticos.		
<b>Fonte:</b> Endereço da matéria online		

---

<sup>1</sup> Segundo o Dicionário de Comunicação ..., esses tipos de textos jornalísticos são definidos como:

Notícia – “Relato de fatos ou acontecimentos atuais, de interesse e importância para a comunidade, e capaz de ser compreendido pelo público.”

Reportagem – “Notícia descritiva, mais apurada e ampla, acompanhada com documentação e testemunhos.”

Suíte – “Técnica de dar continuidade à apuração de um fato (já noticiado) que continue sendo de interesse jornalístico, mediante acréscimo de novos elementos para a publicação de notícias atualizadas.”

## **2. DISCUSSÃO SOBRE A MÍDIA**

A televisão, os jornais e o rádio, os chamados meios de comunicação de massa, fazem parte da vida de milhões de pessoas, sendo parte importante da forma como elas veem e compreendem o mundo. Presente em quase todos os lugares, segundo Venício de Lima, a maioria das sociedades urbanas tem a mídia como centro, uma vez que ela veio ao longo dos tempos conquistando espaço, influência na sociedade e o papel de fornecer conhecimentos de utilidade pública. (LIMA, 2006, p.54-55). Tudo isso graças ao fato de os meios de comunicação possuírem múltiplas funções, como as de entreter e informar e tornar públicos acontecimentos e eventos dirigidos a um grande número de pessoas.

Esses meios desempenham funções como o de canalizadores de demandas populacionais, uma vez que, ainda segundo Venício de Lima, programas de rádio e televisão principalmente, fazem pressão para a resolução de problemas por parte dos governantes em nome da população.(LIMA, 2006, p.57). Presentes no cotidiano, no entanto, esses meios também desempenham o papel de produzir nos indivíduos um estímulo, desejo pelo consumo de produtos ou serviços, alavancando o mercado consumidor no sistema capitalista, uma vez que são considerados também difusores pelas empresas publicitárias ao ofertarem o que é novo e moderno atualmente.

### **2.1. A MÍDIA E SUA CAPACIDADE DE INFLUÊNCIA NA SOCIEDADE**

Os meios de comunicação são muito mais do que simples difusores de informações ou notícias, já que os acontecimentos que se dão na vida real, mais do que serem apenas traduzidos, ganham autonomia quando ocupam as páginas dos jornais, por exemplo, se constituindo também como grandes produtores e disseminadores de ideias. Denis de Moraes nos ajuda a entender, afirmando que: “Para além da difusão de mensagens em escala industrial, os mass media elaboram modos de pensar que ativam incessantemente os fluxos do imaginário”. (LIMA, 1994, p.22)

Os meios de comunicação fazem parte do que o pensador italiano Antonio Gramsci chama de construção de hegemonia, conceito que para ele, seria o conjunto formado pelo consenso (ideias) e coerção (força), como formas de se manter ou alterar as relações de dominação entre as classes existentes na sociedade. A mídia em geral é considerada desta forma como um aparelho privado de hegemonia, na medida em que é responsável por construir consensos e naturalizar as relações de dominação entre as

classes. (BASTOS, 2012, p. 414). Além disso, é considerada um aparelho privado pois “não apenas pertence a patrimônios pessoais, mas faz parte de um círculo particular de interesses, cujo objetivo é validar ideias de indivíduos e grupos nas negociações com os demais sujeitos sociais”, como definido por Denis de Moraes. (MORAES, 1994, p. 28)

Essa formação de consenso citada refere-se à capacidade midiática de desenvolver concepções de mundo em determinada camada social pertencente ao sistema capitalista de produção. Esses valores conferidos pelos aparelhos midiáticos possuem o intuito de legitimar o pensamento da classe dominante, de acordo com seus interesses. Sendo assim, são introduzidos na sociedade de tal modo que passam a fazer parte de um grupo e influenciam o modo pelo qual cada indivíduo “encara” sua realidade e forma sua opinião sobre algum aspecto social ou coletivo.

Vale lembrar que essa habilidade da mídia é estabelecida através do trabalho técnico nas diversas áreas de atuação, como por exemplo, o jornalismo, que faz uso de dados objetivos, justificativas e argumentos acerca dos fenômenos que se apresentam na forma de notícias, reportagens, etc.

Como mencionado anteriormente, o conceito de hegemonia, para além do consenso, é complementado com a questão da coerção, elemento que Gramsci define ser utilizado somente quando necessário, já que a partir do momento que se constrói o consentimento existem menos revoltas, rebeliões ou qualquer outra manifestação em torno de algo ou situação que represente uma injustiça ou falta de respeito perante a classe popular. Logo, observa-se que, diferente de tempos passados, foram se aperfeiçoando os métodos para apaziguar as relações entre as classes dominantes e as subordinadas, de modo que a coerção só aparece quando o consenso não dá conta. Acerca da coerção e do consenso, Gramsci afirma que:

Se a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais “dirigente”, mas unicamente “dominante”, detentora de pura força coercitiva, isto significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que antes acreditavam etc. A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados. (COUTINHO, 2011, p.291)

Destaca-se que os meios de comunicação também atuam sobre essa dimensão da coerção, pois atuando na persuasão das pessoas através de seus recursos, muitas vezes fazem com que as ações de coerção sejam legitimadas. Um exemplo da questão se dá quando um ato de repressão à determinada desigualdade ou injustiça é interpretado como vandalismo, entre outras séries de coisas, como o que se tem visto nas ruas de todo o Brasil acerca não só do aumento da passagem e sim de questões maiores, como

os gastos com a saúde, educação, etc. Como veremos, essa situação é recorrente também na abordagem da questão das drogas. Como observado por Venício de Lima: “o papel mais importante que a mídia desempenha decorre do poder de longo prazo que ela tem na *construção da realidade* através da representação que faz dos diferentes aspectos da vida humana”. (LIMA, 2006, p.55)

Interessa a este trabalho estudar como a mídia exerce influência na formação de pensamentos e valores através do jornalismo, ou seja, de sua função de informar a sociedade sobre a realidade à sua volta. Para tal, esse jornalismo lança mão de vários recursos. Um dos recursos mais utilizados para se construir a realidade apresentada pela mídia são as vozes de especialistas relacionados ao assunto tratado, sendo encontrado com frequência em matérias jornalísticas, uma vez que atribui-se por intermédio deste profissional grande credibilidade ao que está sendo informado à sociedade.

Levando-se em conta de que será transmitido o que melhor interessa ao ponto de vista do jornal e do grupo empresarial envolvido, e que o jornalista baseia-se em seus próprios valores para escrever, são selecionados especialistas que vão de acordo com essas idéias. Esses últimos, por sua vez, através de suas falas passam para a população a verdade ou não em torno da questão apresentada na matéria em que foi solicitada a sua argumentação ou opinião.

Esse ponto acerca dos especialistas aparece exemplificado nos estudos sobre a Aids de Antônio Fausto Neto, no qual a mídia em diversas matérias jornalísticas selecionadas pelo autor, apoia sua fala com relação a doença e as pessoas acometidas em especialistas em saúde, autoridades religiosas e políticas.

## 2.2. IDEOLOGIA E SENSO COMUM

O conceito criado por Marx de ideologia pode ser definido de diversas maneiras e Marilena Chauí é quem nos ajuda a entendê-lo, ao afirmar em seu livro “Convite à Filosofia” que ideologia é um conjunto de valores e ideias construídos pela classe dominante, que explicam a realidade, a origem da sociedade, das relações econômicas e políticas, além de determinarem modos de agir, pensar ou até mesmo sentir. (CHAUÍ, 2008, p.175) Além disso, sendo uma elaboração intelectual sobre as divisões e as diferenças sociais, partem do ponto de vista particular para serem universalizadas às classes subordinadas, como também afirma Denis de Moraes (MORAES, 1994, p.23)

Destaca-se ainda que o principal objetivo da ideologia é fazer com que as relações de dominação sejam ocultadas, de modo que os indivíduos enxerguem a

sociedade como um conjunto harmônico. No entanto, assim como exemplificado anteriormente na questão da ajuda com as demandas populacionais, onde a mídia utiliza de forma positiva seus recursos, ela também pode agir para a defesa de interesses específicos de grupos dirigentes da sociedade. Para isso, basta se valer desses instrumentos para ocultar e dissimular características negativas na formação da sociedade ou em suas políticas, que beneficiam a poucos, excluem as classes exploradas de seus direitos. E mais do que isso, levam a crer que há uma união entre todos, não há diferença quanto aos acessos a bens e que tudo depende do próprio indivíduo e de seus talentos.

Mantendo unida a sociedade heterogênea, através da apresentação de “razões”, em geral individuais, pelas quais há desigualdades econômicas e sociais, se tem o impedimento de uma possível crise ideológica, uma vez que a partir do momento que os indivíduos não se reconhecem como explorados ou excluídos a possibilidade de uma grande ameaça é muito menos provável.

Para essa manutenção da ordem vigente, os meios de comunicação agem no sentido de tornar o público cada vez mais passivo e sem senso crítico em decorrência do consumo dos produtos da mídia, que são pensados para serem de fácil disseminação e consumo, uma vez que minimizam os questionamentos, não necessitam de paciência para serem compreendidos e decifrados, muito menos exigem maturidade (CHAUÍ, 2006, p.53). O intelectual alemão Horkheimer também nos ajuda a entender a questão, afirmando que “Tudo (*os produtos da mídia*) está desde já preparado para que o consumidor não precise utilizar suas faculdades mentais. Tudo é previsível: a maneira como o filme terminará, como uma determinada canção de sucesso desenvolverá seu tema”, como explica o verbete “Indústria cultural” da revista Poli (ANTUNES, 2011, p.1)

Essa “alienação” produzida na sociedade é o que se pode entender como um fator determinante para a existência do senso comum, conceito entendido por Gramsci como a “filosofia dos não filósofos”, isto é, “a concepção de mundo absorvida acriticamente pelos vários ambientes sociais e culturais”. (COUTINHO, 2011, p.148)

O conceito estabelece uma relação com indivíduos que em larga escala apresentam-se sem senso crítico ou fundamentação científica, na medida em que o senso comum tenta identificar a causa exata e simples de uma série de juízos, recorrendo a experiências cotidianas, ao “experimentalismo”, para tentar responder às questões que lhe são propostas ou simplesmente, entender fatos da vida cotidiana. Não

significa que o homem, ao recorrer a esses meios para explicar, opinar ou entender determinado fato, não faça uso, mesmo que superficial, de conhecimento filosófico, mas este, ao influir sobre as massas populares, não possui grande relevância.

Vale destacar que em graus diferentes, ficam sujeitos ao senso comum todos os indivíduos da sociedade, tanto os que possuem postura acrítica, quanto especialistas ou qualquer outra pessoa que seja considerada pertencente ao meio acadêmico, uma vez que é também parte integrante da sociedade e assim, está susceptível ao que lhe rodeia.

Entende-se que o senso comum não é algo necessariamente ruim, pois sendo um emaranhado de conhecimentos e opiniões, é a forma através da qual os indivíduos lidam no seu dia-a-dia, uma vez que para lidar com questões práticas cotidianas não podemos recorrer sempre a um conhecimento científico. As pessoas necessitam muitas vezes de um repertório de mundo que as ajude a lidar com determinada situação, seja este mediante experiências vividas por pessoas próximas, pelo próprio indivíduo, por algo que lhe foi dito anteriormente, etc.

Muitas vezes, por se constituir de algo que se lança mão em momentos em que é preciso uma “resposta rápida” para determinado fato, o senso comum é pouco crítico e conservador. Se relaciona com o jornalismo uma vez que, trabalhando com múltiplas referências, no corte e cola de muitos discursos diferentes, essa prática midiática ajuda a constituir, reproduz e reforça o senso comum.

### 3. O PROBLEMA DAS DROGAS

Analisando historicamente, será que o senso comum sobre as drogas, produzido pela mídia, corresponde ao que os estudos e experiências do ramo da saúde mostram sobre esse “problema” das drogas? Será que as drogas sempre foram encaradas como algo negativo para a sociedade?

Segundo Fonseca e Bastos, as drogas fazem parte da nossa vida desde a pré-história, sendo muito utilizadas em rituais religiosos, com fins recreativos ou até mesmo para sanar ou amenizar problemas de saúde. (JONAS & JONAS APUD FONSECA E BASTOS, 2010, p.15). De modo geral, todas possuíam muito mais do que funções alucinógenas na sociedade, na medida em que suas características eram exploradas em toda sua extensão. Sabe-se, por exemplo, que o ópio era muito utilizado na medicina para tratar afecções (síndromes diarreicas) na Europa do século XVI, de acordo com Fonseca e Bastos. (BERRIDGE & EDWARDS APUD FONSECA E BASTOS, 2010, p.16)

Assim como o ópio, outra droga também teve ampla disseminação pela Europa, a cocaína. Personalidades como Freud utilizavam a droga amplamente, uma vez que seu uso, assim como o de outras, não era restringido. Chegou inclusive a publicar artigos nos quais relatava os benefícios que havia identificado na droga, afirmando que podia ser usada no tratamento da fadiga e depressão, por exemplo. No geral, a cocaína virou “celebridade” e foi tão consumida mundialmente, que os EUA criaram a também famosa Coca-Cola, bebida que originalmente era confeccionada à base de infusão de coca e cafeína. (ALLEN APUD FONSECA E BASTOS, 2010,p.16)

Porém, a visão acerca destas substâncias foi mudando a partir de meados do século XIX, em discordância com um passado no qual o consumo, produção e comercialização das drogas eram amplos pela sociedade. (BASTOS, F, 2010, p.17). Essa mudança se deu primeiramente em decorrência dos resultados ocasionados pelo uso abusivo, relacionando-se muitas vezes a casos de morte, além da dependência que pode ser enfrentada, o que fez com médicos ingleses começassem a questionar o livre consumo de drogas. No entanto, “não resta dúvida de que as razões de Estado prevalecem na proibição subsequente do ópio e seus derivados, e de outras substâncias psicoativas”. (BERRIDGE E EDWARDS APUD FONSECA E BASTOS, 2010, p.17).

Analisando a história, é possível perceber que principalmente questões de Estado e outros interesses de ordem econômica estavam envolvidos com a ideia da proibição

internacional das drogas. A China teria sido o primeiro país a gerar conflito devido às drogas, uma vez que em 1839 o ópio era muito importado pelo país, tendo como exportador a Inglaterra. Foi em decorrência de tamanho consumo da população, que o governo chinês decidiu proibir a importação do ópio, o que gerou duas guerras entre os dois países, tendo a China como perdedora. (BASTOS, F, 2010, p.17)

Segundo ainda Fonseca e Bastos, um dos desdobramentos dos conflitos que ocorreram entre a China e a Inglaterra foi a regulação do consumo, da produção e comércio do ópio. (BASTOS, F, 2010,p.18). Mas posteriormente, o controle do ópio foi estendido às demais substâncias, graças à imposição de grandes países, o que revela mais uma vez que estava em jogo questões de Estado. (SCHEERER APUD FONSECA E BASTOS, 2010, p.18)

Sobre conflitos de países que deram origem ao proibicionismo em relação às drogas, por volta do século XX, segundo Fonseca e Bastos, os EUA e a Inglaterra eram duas grandes potências rivais, já que os ingleses eram os que detinham o monopólio do ópio e de outros produtos, logo, existia toda uma aspiração americana pela quebra desse domínio. É então que os EUA propõem uma Conferência Internacional sobre o Ópio, passando assim a droga para um contexto internacional, o que acabaria por resultar na diminuição do embate entre os dois países hegemônicos. Com relação à conferência, a Inglaterra, com o intuito de se unir aos EUA, se posiciona a favor de um leve controle do ópio, mas rígido com relação à morfina e cocaína - que na época era fabricada pelas farmacêuticas da rival Alemanha – já que assim, os dois países juntos poderiam inibir o comércio da cocaína, pois os americanos também desejavam o controle da droga. (SCHEERER APUD FONSECA E BASTOS, 2010, p.18-19)

Mais tarde, com a derrota alemã na I Guerra Mundial, a Conferência Internacional é ratificada e a proibição, comércio e consumo, não somente do ópio, mas de várias outras drogas ficam estabelecidas, o que foi o pontapé inicial da política de proibicionismo dos dias atuais. (BASTOS, F, 2010, p.19)

Isso tudo explica o fato de tantas drogas serem taxadas como ilícitas e serem associadas somente a um conjunto de malefícios, não levando em conta todas as suas demais propriedades. Não é à toa que, se pararmos para observar, perceberemos que a ideia de drogas está tão atrelada a um conjunto negativo de coisas, que é comum usarmos o termo “droga” no cotidiano ao fazermos menção a algo ruim.

Deve-se fazer uma ressalva, no entanto, para afirmar que, apesar de a mídia repetidamente colocar que o Brasil passa por um problema de saúde pública com

relação às drogas, existem dados que desmentem o que por eles é dito. Em relação à saúde, a consequência de maior impacto do uso exacerbado dessas substâncias é o óbito por overdose, e no Brasil não existem dados confiáveis sobre tal evento. Outro dado que também serve para avaliação se refere ao quantitativo de pessoas que experimentaram drogas psicoativas, e novamente o Brasil é um dos países com o menor consumo relativo, de acordo com o *World Drug Report*. (ALARCON, 2010. p.50)

### 3.1. SOBRE AS PROPRIEDADES DAS DROGAS

A razão para a proibição de determinadas drogas, curiosamente, além de ter ligação com fatores históricos, como visto, também não se limita às propriedades farmacológicas destas, já que não foram todas que entraram para a lista das ilícitas e muitas as drogas que são consideradas legais, como o álcool e o tabaco, causam problemas de saúde para a sociedade, como afirma Marco Aurélio Soares. (TORRES, 2010, p.2)

De acordo com o II Levantamento Domiciliar de 2005 sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil, da Secretária Nacional Antidrogas, o álcool e o tabaco são, respectivamente, as drogas mais consumidas no país, com um percentual de 74,6% de uso na vida para o álcool e 44% para o tabaco. Já a maconha, considerada ilícita, aparece em terceiro lugar, com um percentual de 8,8%, muito abaixo dos anteriormente citados, assim como indica a seguinte tabela. O crack, tão repercutido na mídia, somente aparece no 13º lugar no ranking, com 0,7% de uso na vida.

<b>9 DROGAS MAIS USADAS</b>		
<b>% de uso na vida</b>		
<b>DROGAS</b>	<b>2001</b>	<b>2005</b>
<b>ÁLCOOL</b>	68,7	74,6
<b>TABACO</b>	41,1	44,0
<b>MACONHA</b>	6,9	8,8
<b>SOLVENTES</b>	5,8	6,1
<b>OREXÍGENOS</b>	4,3	4,1
<b>BENZODIAZEPÍNICOS</b>	3,3	5,6
<b>COCAÍNA</b>	2,3	2,9
<b>XAROPES (codeína)</b>	2,0	1,9
<b>ESTIMULANTES</b>	1,5	3,2

Nove drogas mais usadas entre os entrevistados de 108 cidades com mais de 200 mil habitantes no Brasil. (Retirada do II Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil de 2005)

Contraopondo-se ao alarmismo criado pela mídia, apenas 22,8% da população pesquisada em 2005, através desse levantamento, já fizeram uso de drogas na vida, excluindo-se o tabaco e o álcool. Nos EUA, em pesquisa similar, no ano de 2004 o número obtido foi de 45,4%, muito maior.

Além disso, com base no mesmo levantamento citado, é possível detectar que o álcool e o tabaco são as drogas que mais causam dependência nos brasileiros e que esse número sofreu um aumento de 2001 para 2005, enquanto a maconha tem o percentual bem mais baixo, se comparada.

<b>DEPENDÊNCIA</b>		
<b>% de dependentes:</b>		
<b>DROGAS</b>	<b>2001</b>	<b>2005</b>
<b>ÁLCOOL</b>	11,2	12,3
<b>TABACO</b>	9,0	10,1
<b>BENZODIAZEPÍNICOS</b>	1,1	0,5
<b>MACONHA</b>	1,0	1,2
<b>SOLVENTES</b>	0,8	0,2
<b>ESTIMULANTE</b>	0,4	0,2

Tabela comparativa feita com base nos entrevistados das 108 cidades com mais de 200 mil habitantes no Brasil. (Retirada do II Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil de 2005)

O mais curioso dessa distinção criada entre as drogas é que a maconha, o álcool e o tabaco, por exemplo, possuem níveis altos de divergência quanto às suas propriedades benéficas e malélicas. Comparando as três drogas, fica claramente visível que a maconha possui muito mais a ofertar beneficentemente ao usuário do que o álcool ou tabaco. Segundo Sergio Alarcon, a *Cannabis* (gênero da planta que origina a maconha) era usada antigamente na fabricação de óleo para alimentação, tintas, papel, entre outros produtos. Atualmente é utilizada inclusive como remédio para tratar anorexia e dor crônica, por exemplo, porém este uso não é amplo, já que sua restrição é um grande ponto que impossibilita esse tratamentos de saúde. Deste modo, apenas alguns países, como a Holanda e o Canadá, que possuem uma política de drogas mais tolerante, permitem aos seus médicos receitarem a maconha para uso terapêutico. (ALARCON, 2010, p.117,118,119)

Ainda de acordo com Alarcon, o princípio ativo responsável pelos efeitos da maconha, o THC (tetrahydrocannabinol) “[...] ativa o sistema de recompensa cerebral, produzindo sensação de bem-estar e felicidade, seguido de relaxamento e sedação. Quando os usuários se encontram em grupo, ocorrem risos espontâneos, e a sedação é menos acentuada.”. (ALARCON, p.118, 2010)

O crack é proveniente da cocaína e seu sucesso está associado ao seu baixo preço. Sendo associada por muitos como uma droga utilizada por moradores de rua, de fato o crack traz dois benefícios a estes indivíduos: a falta de apetite e insônia, que entende-se estar ligada ao fato da violência que têm de enfrentar. (SOARES, 2012, p.17)

Já com relação ao álcool, o benefício apontado é que o uso em níveis baixos dificulta a ocorrência de doenças cardiovasculares. (ALARCON, 2010, p.107)

O tabaco é considerado a droga mais utilizada mundialmente e, de acordo com a OMS (Organização Mundial da Saúde), é responsável por cerca de cinco milhões de mortes por ano no mundo. Além disso, nenhum benefício ao indivíduo consumidor é identificado e sua fumaça é tão nociva que basta estar ao lado de um fumante para se estar sujeito aos seus malefícios, o que explica a necessidade de leis brasileiras de proibição ao uso de cigarros em ambientes fechados.

Comparando-se os efeitos negativos das drogas à saúde, o álcool e o tabaco são os que mais apresentam danos. Abaixo um quadro que enumera os prejuízos à saúde contidos nas quatro drogas: (ALARCON, 2010, p. 106,111,112;117,118,119,122,123)

<b>MACONHA</b>	1. Sua dependência pode gerar síndrome de abstinência , resultante da cessão rápida. Inclui agitação, insônia, náusea, irritabilidade e câibras.
	2. Consumo associado ao possível aumento de casos de câncer de pulmão. No entanto, deve-se ressaltar que o tabaco, uma droga lícita, também está diretamente relacionado a questão.

<b>ÁLCOOL</b>	1. Altamente calórico e pouco nutritivo
	2. Pode afetar o sistema imunológico, caso usado com frequência.
	3. Seu uso abusivo complica o pâncreas e fígado.

	4. Sono e comportamento são modificados
	5. É a única droga em que fica comprovada sua relação causa-efeito com a violência. (CHERMACK APUD SERGIO ALARCON, 2010, p. 111)

<b>TABACO</b>	1. Dentre as milhares de substâncias que possui, a nicotina, que gera dependência, acarreta danos principalmente na região dos pulmões como câncer, bronquite, entre outros.
	2. Está intimamente ligado ao câncer. Não somente de pulmão, mas de outros órgãos também.

<b>CRACK</b>	1. “As consequências agudas do seu uso não se limitam aos efeitos psicofarmacológicos (alucinações, delírios, taquialia, agitação psicomotora, agressividade) ” (ALARCON, 2010, p.123)
	2. Seu uso agudo traz alterações como: perda da neuroregulação, reações de hipersensibilidade e doença pulmonar intersticial.
	3. Causa falta de apetite, que apesar de ser vista como uma vantagem para os moradores de rua, por exemplo, gera desnutrição, que por sua vez, acarreta a diminuição da imunidade.
	4. “Por sua vez, os comportamentos de risco prevalentes às condições do uso (como associação ao tráfico, prostituição, roubos etc) favorecem a disseminação de hepatites e Aids, além, é claro, da violência” (ALARCON, 2010, p.123)
	5. Seu uso também traz lesões por queimaduras em diversas partes do corpo como mãos, olhos, lábios, etc.

### 3.2. OS TRATADOS INTERNACIONAIS

Todos os três tratados internacionais existentes acerca da política de drogas se baseiam na proibição da produção, comercialização e consumo de várias substâncias. São eles que regem a questão do sistema de controle de drogas em nível global, uma vez que não somente guiam as políticas internacionais, como também possuem grande influência nas políticas nacionais de cada país. (BASTOS, F, 2010, p.19). São eles:

- Convenção Única de Narcóticos, que ocorreu em 1961, limitou qualquer relação com as drogas exclusivamente à medicina e ao meio científico. Além disso, normatizou o combate ao tráfico de drogas com cooperação internacional.
- Convenção de Drogas Psicotrópicas de 1977, estabeleceu o controle de mais substâncias, como as anfetaminas e o LSD, bem como discutiu o abuso de drogas mundial.
- Convenção Contra o Tráfico Ilegal de Narcóticos e Substâncias Psicotrópicas de 1988, que como o próprio nome diz, ditou novas medidas a cerca do comércio de drogas, produção e comércio de precursores químicos usados na fabricação, etc. Nessa, ficou estabelecido que os países assinantes devem definir como crime a posse ou o cultivo de narcóticos ou drogas psicotrópicas para consumo pessoal. (BASTOS, F, 2010, p.19-20)

Esses tratados foram assinados por quase todos os países, desde os desenvolvidos até os que estão em processo, como o Brasil. Não fazer parte deles significaria uma quebra de aliança e de credibilidade ao país, logo, a assinatura torna-se como uma espécie de “imposição” ao território. (BASTOS, F, 2010, p.28)

Deve-se ressaltar, no entanto, que existe um certo grau de manobra a esses tratados seguido por alguns países com relação às suas políticas nacionais. A Austrália e o Canadá são grandes exemplos disso, pois desenvolveram salas que permitem o uso seguro de drogas injetáveis. (BASTOS, F, 2010, p.29)

E isso, segundo Fonseca e Bastos, não é até certo ponto criticado, pois a agência que está à frente dos tratados não se posiciona contra interpretações conflitantes do que foi estabelecido e além disso, a situação política do país também é um fator determinante para a permissão ou não destas modificações. (BEWLEY-TAYLOR APUD FONSECA E BASTOS, 2010, p. 29)

O proibicionismo é muito coercitivo e pouco tolerante, o que acaba por resultar em problemas quanto aos usuários que são enxergados como indivíduos marginais, fazendo com que se isolem e assim, obtenham um maior risco ao consumir as drogas, já que não recorrem aos serviços de saúde que dariam conta de informar a estes sobre

meios de se prevenir contra doenças, bem como tratamento para consequências de uso, por exemplo. (TORRES, 2010, p.2)

A estigmatização e a marginalização dos usuários de drogas injetáveis fazem com que eles se isolem e evitem o contato com serviços sociais e de saúde; isso, somado ao permanente risco de detenção, estimula a autoadministração de drogas em locais ermos e sem nenhuma higiene, o que favorece a não desinfecção dos equipamentos de injeção/ uso exclusivo de material estéril e o compartilhamento inseguro de seringas potencialmente contaminadas. (BASTOS, F, 2010, p.22)

Associado ao âmbito da saúde, existe ainda toda uma relação das drogas com o setor da segurança pública, de modo que as drogas também são encaradas como uma espécie de perigo ao bem-estar da população, da família e do próprio indivíduo. Mais do que isso, é esse setor que tem como objetivo uma sociedade sem drogas, na medida em que tem suas ações baseadas na legislação antidrogas, e assim acaba por justificar o tráfico, pois reprime a oferta, que por sua vez, gera a criminalização do usuário. (ALARCON, 2010, p.51,54,55)

Essa relação é problemática, uma vez que os objetivos da saúde divergem com os da segurança.

Se por um lado, na perspectiva da saúde pública, o controle dos efeitos danosos do uso abusivo e patológico é a única forma de combate às drogas, uma vez que o seu uso não pode ser abolido por decreto, por outro lado, o setor de segurança acaba induzindo medidas que têm como horizonte o ideal de uma sociedade sem drogas, privilegiando o combate ao comércio ilegal e tornando secundário o controle sobre os efeitos de um uso eventualmente inadequado (ALARCON, 2010,p.54)

E isso gera um reflexo no campo da saúde, pois acaba muitas vezes adquirindo a mesma visão de extermínio às drogas. Segundo Alarcon:

Vê-se isso, por exemplo, nas campanhas publicitárias lançadas em 2009 pelo Ministério da Saúde contra o crack, que insidiosamente, repetem os bordões antidrogas, ao invés de propor uma nova abordagem do problema visando à construção de uma paideia (aprendizado) para as relações possíveis com as drogas (ALARCON, 2010, p.54)

Segundo Giovanni Quaglia, o tráfico de drogas é “mortal” para uma parcela, geralmente excluída, da população. Ele afirma que milhares de jovens são mortos por decorrência do tráfico de drogas, ficando evidente o problema do envolvimento de uma questão de saúde pública com o setor da segurança, já que muitos desses jovens podem ter vindo a óbito devido à troca de tiros de operações da polícia, por exemplo. Isso somente revela o quanto essa proibição é negativa, pois com o comércio regularizado, tantos homicídios poderiam ser evitados. Vale mencionar que “o grupo mais afetado são indivíduos do sexo masculino (proporção de 3:1 em relação às mulheres), geralmente negros ou pardos, das classes populares [...]” entre outras características que

configuram-se num extermínio dessa população. (QUAGLIA APUD ALARCON, 2010, pp.51-52)

### 3.3. REDUÇÃO DE DANOS

Outros pontos que explicam o porquê de os tratados que guiam uma política proibicionista serem alvo de crítica refere-se ao fato de eles ignorarem orientações científicas como a necessidade da medida de redução de danos, avanço da oposição quanto às políticas de cunho coercitivo e punitivo. A redução de danos, como exemplo, é uma medida que segundo Marco Aurélio Soares: “Traz avanços na saúde pública, já que é uma alternativa que tem o objetivo de minimizar/prevenir os agravos à saúde, mas que porém, não é norteada para a abstinência total do utente, o que acaba por torná-la mal compreendida, pois pode ser acusada de incentivar o uso da droga” (TORRES, 2010, p. 2)

O surgimento da política da redução de danos, que se propõe a diminuir os danos físicos e psicológicos decorrentes do uso abusivo das drogas, está diretamente ligado a um momento de epidemia mundial de Aids. Na medida em que inicialmente a associação entre o compartilhamento de seringas pelos usuários de drogas injetáveis não era estabelecida com a doença, após feita a relação de causa-efeito, houve a necessidade da criação de uma estratégia de saúde que prevenisse ou, como o próprio nome diz, reduzisse as consequências do uso abusivo de drogas. (BASTOS, F, 2010, p.22)

No Brasil, a redução de danos surgiu no final dos anos 1990, segundo Fonseca e Bastos, e hoje ainda existem estados - como São Paulo, Minas Gerais, entre outros - que permitem a realização de atividades de redução de danos em seu território. O fato de haver estados onde não é permitido o desenvolvimento de atividades do gênero, como por exemplo a distribuição de seringas descartáveis, ocorre devido ao proibicionismo que impede o avanço de medidas da saúde pública. Um exemplo do quanto essa política não está direcionada para o usuário se reflete em um projeto de lei de 1999 que foi arquivado, o qual disponibilizava seringas e agulhas descartáveis em locais de tratamento de usuários. (BASTOS, F, 2010, p.31)

Como consequência da visão que estabelece como única alternativa a abstinência total das drogas, essa é uma ação de saúde pública que não é colocada em

jogo por vários países, salvo exceções. A Holanda é um exemplo contrário, sendo pioneira na redução de danos há 20 anos.

Todo esse discurso não põe a saúde individual e pública em primeiro plano, não levando em conta que, segundo Marco Aurélio :

O usuário se interna numa clínica ou comunidade terapêutica, onde deve se abster totalmente do uso de drogas, na chamada desintoxicação. Depois disso, ele pode receber alta, mas deve se manter abstinente. O problema é que, na verdade, uma parte grande dos pacientes acaba voltando a usar drogas e o objetivo não é atingido (TORRES, 2010, p.4).

Esse resultado decorrente da política de internação em comunidades terapêuticas não é novidade para pessoas relacionadas à área da Saúde Mental, campo da saúde em que está inserida a questão do controle do uso de álcool e outras drogas. A Reforma Psiquiátrica e a Sanitária há anos já se pronunciaram sobre o quanto a atual medida de abstinência, muitas vezes ligada à internação compulsória, não é a solução para tratar o problema, pois existem diversos fatores que estão associados à questão da recuperação, como o fato de cada indivíduo ser diferente do outro, o que faz com que não exista uma “poção mágica”, uma única solução para o “problema” das drogas.

Por não existir uma simples fórmula, a proposta da redução de danos seria a mais adequada, pois analisa cada caso e assim é pensado um método de auxiliar a diminuição da frequência do uso e das consequências por ele trazidas. Um exemplo do método está relacionado à prevenção da disseminação da Aids fazendo uso de metadona, uma substância proibida de acordo com o proibicionismo. (KERR APUD FONSECA E BASTOS, 2010. p.23)

### 3.4. A SAÚDE PÚBLICA

O Sistema Único de Saúde (SUS) está organizado estruturalmente de modo a ofertar não somente o tratamento clínico aos dependentes, mas de conciliar a assistência e cuidados psiquiátricos, entendendo que o conceito de saúde vai muito além da ausência de doenças, mas depende da associação de um conjunto de determinantes sociais que vem a interferir na vida desse indivíduo como: renda, educação, cultura, alimentação etc.

Assim, esse modelo de atenção integral a usuários de álcool e outras drogas, proposto pelo sistema, implantou redes de serviços territoriais de atenção psicossocial, dentro das próprias comunidades.

Em associação com a Estratégia de Saúde da Família e o Programa dos Agentes Comunitários de Saúde (Pacs) surgem as Caps ad (Centros de Atenção Psicossocial para Álcool e Outras Drogas), que têm por objetivo

Oferecer atendimento à população com atividades terapêuticas e preventivas à comunidade; oferecer condições para o repouso e desintoxicação ambulatorial de usuários que necessitem de tais cuidados; promover, mediante ações (cultura, trabalho, educação da população) a reinserção social dos usuários (ALARCON, 2010, p.75)

De acordo com Marco Aurélio Soares, apesar de essa experiência ser nova no Brasil, ela já apresenta resultados positivos. Ele exemplifica uma das ações que os Caps ad desenvolvem:

Uma equipe vai, num carro ou van, até locais onde moradores de rua usam drogas. A abordagem começa com o oferecimento de alguns serviços, como curativos e coleta de sangue para fazer exames, além de ações de acolhimento e entrega de alimentos. Quando está em contato com os usuários, a equipe sugere que eles se dirijam até os Caps ad (TORRES, 2010, p.2)

Dentre as diversas propostas da IV Conferência de Saúde Mental realizada em 2010', de acordo com o Relatório Final, está a ampliação da rede e dos Caps. Abaixo um dos principais pontos mencionados a respeito:

- Criar e expandir, em todo o país, a rede de cuidados em saúde mental para usuários de álcool e outras drogas com a implantação de CAPSad III, CAPSad, além de criação de CAPSad com perfil para infância e adolescência (CAPSad infante e juvenil) - atualizando a Portaria a GM 336/2002 - com equipe multiprofissional, disponível durante todo o horário de funcionamento, de modo a oferecer o atendimento necessário aos usuários de álcool e outras drogas.
- Implantar e implementar os CAPSad de forma regionalizada e intersetorial promovendo a inserção dos usuários de álcool e outras drogas de forma integrada e humanizada, obedecendo aos critérios do Ministério da Saúde com base na Portaria GM 336/2002

(Retirado do Relatório Final da IV Conferência de Saúde Mental, 2010)

Além dessas propostas, a Consolidação da estratégia de redução de danos é outra também destacada pela Conferência. Abaixo alguns pontos relevantes contidos no Relatório:

- Implantar ações de redução de danos em todos os serviços e políticas públicas.
- Implantar, segundo as diretrizes do Ministério da Saúde, o programa de redução de danos nos municípios garantindo o financiamento, custeio e sustentabilidade, através das três esferas de governo, e parcerias com o terceiro setor, adequando à realidade de cada município.
- Garantir que as pessoas em uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas tenham acesso às estratégias do Programa de Redução de Danos.
- Garantir a ampliação e efetivar políticas de redução de danos, e estabelecer que os CAPSad trabalhem com a lógica da redução de danos, em cumprimento ao Decreto n 5.912/06.
- Difundir a redução de danos enquanto estratégia que considera o sujeito em sua singularidade, respeitando suas escolhas para além dos preconceitos e estigmas associado

s à

questão do consumo de álcool e outras drogas. Para tanto, o Ministério da Saúde deve criar estratégias de incentivo e financiamento para que a rede de saúde e social que trabalha diretamente com os usuários (CAPS I, II, III, CAPSad e CAPSi, Residências Terapêuticas,

atenção básica, NASF, ESF, ACS, Emergências, CRAS) seja capacitada para trabalhar com essa estratégia, assim como introduzir e regulamentar o agente redutor de danos como profissional da saúde a compor a equipe mínima dos CAPSad, CAPSi, CAPS I e II, e das equipes matriciais, ampliando para a rede intersetorial em nível federal, estadual e municipal.

(Retirado do Relatório Final da IV Conferência de Saúde Mental, 2010)

#### 4. ANÁLISE DAS MATÉRIAS JORNALÍSTICAS

Existe no mundo todo um número considerável de pessoas usuárias de vários tipos de drogas. E no Brasil a atenção tem se voltado para a situação, na medida em que a mídia insere comumente o tema das drogas e seus efeitos nos seus meios de transmissão. No entanto, o tema, ao ser noticiado, aparece na maioria das vezes como se o país estivesse enfrentando uma situação de calamidade pública, se constituindo em algo que aparentemente está fora de controle do governo e da própria sociedade como um todo. E isso acontece principalmente em relação ao crack, droga mais presente nas matérias analisadas por este trabalho.

Frequentemente jornais e revistas estampam as suas capas com fotos de moradores de ruas tratados como usuários de drogas e associados á violência, seguidas de manchetes assombrosas, que produzem no leitor a sensação de puro caos. Muitas notícias contêm imagens alarmantes de, por exemplo, pessoas vivendo em condições de completa miséria e em lugares conhecidos como “cracolândias”, onde ficam agrupados centenas de usuários.

O problema é que a interpretação a que essas notícias veiculadas levam, além de ser geradora de um certo pânico na população, não condiz com a leitura que os estudiosos do tema e militantes da área fazem da questão das drogas no Brasil, como vimos no capítulo 3. Ao contrário do que as notícias fazem parecer, dados a respeito de drogas como o crack muitas vezes são escassos e as pesquisas realizadas em torno são consideradas antigas ou possuem métodos questionáveis, de acordo com especialistas, revelando o quanto apelativa a mídia se posiciona.<sup>2</sup>

Deve-se ressaltar que isso tudo pode ser traduzido como uma estratégia da mídia de “estimular” o público, aumentando assim suas vendas ou pontos de audiência e mais do que isso, resulta na legitimação de um senso comum que associa a droga à violência,

---

<sup>2</sup>Com o intuito de obter um perfil da população brasileira usuária de crack e outras variações da cocaína, como o “oxi”, merla e a pasta base, bem como a estimativa do número existente de usuários, somente no ano de 2013foi divulgado um estudo à pedido da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), o que acaba por revelar que todo o rebuliço causado pela grande mídia em torno da questão das drogas foi gerado sem fundamentação científica, já que este foi o primeiro estudo de tal escala, ou muitas vezes, os dados de que partem as matérias são manipulados, de modo a gerar a sensação de caos. Esse estudo, que contou com a parceria da Fundação Oswaldo Cruz ,fez parte do chamado “Plano de Enfretamento ao Crack e Outras Drogas”, que de acordo com o Decreto nº 7.179 publicado em 20 de maio de 2010, tem “ vistas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários e ao enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas ilícitas”. Quando este trabalho aponta a falta de dados precisos sobre o crack e outras drogas, não está considerando essa pesquisa, que só foi divulgada no período final de conclusão deste estudo.

influencia opiniões e age ideologicamente. Essa prática é chamada de “sensacionalismo”, que pode ser entendido como uma forma de gerar emoções e sensações no público, com o intuito de chamar a atenção das pessoas através, por exemplo, do uso de títulos que despertem a curiosidade do leitor. Um ótimo exemplo para esse recurso seria um dos títulos das matérias analisadas: “No País da Cracolândia”, que de antemão diz que o Brasil está repleto de cracolândias, mas em nenhum momento da matéria confirma tal afirmativa.

O efeito desse sensacionalismo na população pôde ser constatado através de uma pesquisa realizada pelo Cebrid, Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas da Universidade Federal de São Paulo, que investigou a percepção das pessoas sobre drogas. A pesquisa constatou, por exemplo, que 77,1% dos entrevistados consideraram que utilizar cocaína ou crack uma ou duas vezes na vida oferecia um risco grave de dependência. Assim, questões como o uso abusivo, o funcionamento do organismo de cada pessoa e diversos outros fatores são ignorados e considera-se apenas o fato de que essas drogas não devem ser consumidas em hipótese alguma e mais do que isso, devem ser aniquiladas. Supomos que parte dessa percepção alarmista pode ter relação com a forma como a mídia trata o tema das drogas no Brasil.

Ao longo de todo o trabalho foram analisadas 39 matérias jornalísticas, que como dito anteriormente, foram retiradas do site O Globo após pesquisas com filtros que determinavam período de publicação e continham palavras-chave. Através destas matérias, foi possível identificar e exemplificar questões discutidas nos capítulos primeiro e segundo sobre a questão do álcool e outras drogas. No entanto, vale ressaltar que após a leitura e análise individual destas, decidiu-se que este número se reduziria para um total de 34 matérias, uma vez que as 5 restantes possuíam caráter apenas descritivo, ou seja, eram curtas, não traziam especialistas ou outras vozes e somente descreviam um evento específico, o que pouco acrescentava ao estudo.

#### 4.1. DROGAS MENCIONADAS

Do grupo de matérias estudadas foi possível perceber que grande parte tratava de uma droga específica ou, caso a pauta estivesse relacionada às drogas de modo geral, muitas citavam como exemplo alguma droga em especial. Sendo assim, das 9 matérias que tratavam das drogas de forma ampla, 3 faziam referência a alguma droga exclusiva. Abaixo destaca-se o título e a droga citada:

- “TCU aponta graves falhas no tratamento de viciados em drogas” – álcool

- “*Decisão sobre permissão do consumo de drogas divide opiniões*” – crack
- “*FH participa de lançamento de rede para debater política de combate às drogas*” – maconha e álcool

Além disso, do total de 34 notícias, também se observou que 16 tinham como pauta ou citavam o crack, seguido pela maconha com 10 matérias, o álcool com 7 e a cocaína com somente uma. Com relação a isso, é importante observar a relevância infinitamente maior que o jornal dá ao crack em comparação com o álcool, que por exemplo, como visto, além de ser a droga mais consumida no país, é a única que possui associação direta com a violência. (ALARCON, 2010, p.111)

Vale destacar ainda que não foram obtidas matérias que fizessem referência ao tabaco devido a metodologia do trabalho, já que no momento de busca das notícias no site optou-se pelas palavras-chave “drogas” e “álcool”. Isso mostra, no entanto, que em nenhuma matéria o tabaco é mencionado como droga.

- Crack

Foi possível observar que a maioria das matérias que apresentava a questão do crack trazia uma abordagem completamente negativa da droga, algumas continham adjetivos apelativos; outras eram construídas de acordo com o gênero narrativo<sup>3</sup>, tendo o intuito de comover o leitor; já em outras era possível perceber que associavam o crack diretamente à necessidade de uma política proibicionista.

Seguem abaixo algumas matérias:

- “*No País da Cracolândia*”, por exemplo, é uma das matérias que traz esse discurso negativo acerca da droga, se valendo do recurso dos adjetivos, classificando-a como “vício suicida”, por exemplo. É importante destacar que sendo uma das extraídas da editoria Blog, assemelha-se mais a um artigo opinativo, possuindo apenas a voz do jornalista.

Com o título anunciando que o texto terá como tema a questão do crack no Brasil, a matéria se inicia tratando do número alto de assassinatos por dia no país. Com o recurso de dados numéricos, que segundo a matéria foram fornecidos pelo Ministério

---

<sup>3</sup> São caracterizadas pela seleção de um caso em específico com personagem, a partir do qual o jornalista faz uma descrição e narração minuciosa para ilustrar determinada questão. Possuem a finalidade de emocionar o leitor.

da Justiça, o que confere grande credibilidade às informações, o jornal estabelece uma comparação com o Iraque, afirmando que a média de assassinatos neste último país é bem menor.

Após a comparação, usa o adjetivo “aterradora” para classificar a média de assassinatos no Brasil, que segundo o próprio jornalista, prevalece há anos. Tenta com tudo isso, gerar certo espanto no leitor quanto à situação do país, mas a questão do crack nem sequer é citada.

Depois denigre a imagem do país afirmando: “Em qualquer país que se preza, essa seria a prioridade das prioridades, sobretudo se considerar que a maioria das vítimas é de jovens e pobres, e os partidos, sem exceção, proclamam-se paladinos na luta contra a injustiça social.”

Sendo assim, o único parágrafo que trata do crack é o 4º, pois faz referência a uma ação policial muito violenta ocorrida em 10/01, onde os policiais foram muitos agressivos com os usuários de crack e afirmaram que a expulsão destes indivíduos do local em que estavam resolveria o problema do tráfico de drogas. O jornalista Ruy mostra estar de acordo com a ação indiretamente ao afirmar: “Uns bradaram contra a intromissão da polícia; outros a atribuíram a propósito eleitoral. Que fosse: nesse caso, as eleições estariam servindo para alguma coisa, além de cenário para demagogia.”

Posteriormente, como dito, se classifica o crack como “vício suicida”, afirmando que a droga inevitavelmente conduz à morte. Assim, descarta fatos mais do que comprovados de como é possível, assim como qualquer outra droga, ser consumido sem gerar dependência. Além disso, também não existe nenhum dado científico que mencione relação alguma do crack ao número de óbitos.

- *“Rio tem 11 cracolândias e 3 mil usuários da droga”*

Essa matéria contém um título que revela uma situação de caos na cidade, o que pode ser traduzido como uma tentativa de criar um alarde em torno da questão.

Logo em seguida a matéria se inicia com a afirmativa de que “Um quadro alarmante: o Rio tem hoje pelo menos 11 [...]”, o que vem a reforçar ainda mais essa sensação de espanto no leitor. No entanto, como dito pelo próprio texto, a matéria usa dados da Secretária Municipal de Assistência Social que foram adquiridos segundo um mapeamento informal a pedido do Globo. O pedido revela a inexistência de dados a respeito da situação do crack no RJ, porém por ser tratar de uma pesquisa informal não

é garantida a total seriedade acerca das informações, o que não justifica todo o alarde em torno da questão, muito menos sua divulgação como fato dado, verídico.

Além disso, a matéria afirma que diante dessa realidade o prefeito Eduardo Paes “vai assinar, na sexta-feira, um convênio com os governos federal e estadual, em mais uma tentativa de frear o avanço da droga”, o que caracteriza uma medida sem planejamento nem fundamentação, uma vez que por ser um levantamento informal não se justifica tal ato, ou pretexto do prefeito para conquistar mais dinheiro para a cidade. Isso mostra exatamente o que foi visto no capítulo 1, que os meios de comunicação influenciam a sociedade, em todas as suas camadas, em maior ou menor intensidade, pois foi a partir da veiculação dos dados da pesquisa que a medida foi pensada. De modo que vale ressaltar que a mídia ajuda a formular a pauta e implantação de políticas públicas.

- *“Crack se instala no Centro de Niterói e assusta moradores”*

Essa matéria já no título cria alarde em torno do tema afirmando que “assusta moradores”, o que chama a atenção do leitor. Além disso, inicia a matéria da seguinte forma: “[...] Depois de mais de 24 horas consumindo crack e outras drogas ali mesmo, eles se acalmam e fazem do local a sua casa”. Começa, deste modo, introduzindo um tom de narrativa que tem a intenção de tocar o emocional de quem está lendo.

Além disso, depois afirma que: “O endereço se transformou numa cracolândia a céu aberto”, não levando em conta em nenhum momento a questão da saúde dessas pessoas da narrativa, mas fazendo uma ressalva ao quanto o grupo é incômodo urbanamente.

- *“Combate ao crack anda a passos lentos”*

Essa é outra matéria que também faz parte das classificadas como do gênero narrativo, no entanto, através da narrativa acaba-se por dramatizar a questão dos dependentes. Além disso, a voz citada fala em “epidemia nacional”.

Sendo assim, a matéria inicia-se da seguinte forma: “Na última quarta-feira, depois de ver o filho de 15 anos quebrar o espelho de casa durante uma crise de abstinência de crack, a faxineira X., de 49 anos, moradora da Zona Oeste do Rio, tentou buscar ajuda por telefone. ”. Logo, segue a linha das que possuem tom de narrativa.

Apelando mais uma vez para o lado emocional, introduz-se a voz da mãe X: “Até água eu tenho que pôr na boca dele”. Deste modo, acaba dramatizando a questão

dos dependentes, o que vem a intensificar a concepção do crack como uma droga completamente degenerativa. Assim, como é comum em matérias narrativas, toma-se um caso particular como exemplo, para de tal modo, generalizar, universalizar a questão.

Depois, como dito, a matéria afirma: “[...] O crack avança pelo Brasil, e o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, fala em “epidemia” nacional.”. Porém, de acordo com pesquisa anteriormente realizada, pode-se afirmar com certeza que não há um grande número de usuários ou dependentes de crack no Brasil, tendo índice de 0,7% de uso na vida de acordo com o II Levantamento Domiciliar de 2005. Sendo assim, não traz dados objetivos que justifiquem essa “epidemia” e o jornalista não os cobra, além de não definir tecnicamente o que seria “epidemia”.

Além disso, o entrevistado Leonardo Pecoraro, diz: “Em caso de surto, deve-se recorrer à polícia ou ao Samu”, não explicando o porquê de se recorrer à polícia neste caso. Por sua vez, o repórter não questiona a orientação, que mistura referências de saúde e segurança.

No final, a pauta retoma a questão do menino que não foi atendido, personagem da narrativa, falando que a Secretária Municipal de Saúde não explicou o porquê de não ocorrer o atendimento.

Ainda a respeito do crack, existem outras matérias que, no entanto, não têm foco na crítica proibicionista à droga, como: “Serra ataca ações do governo federal contra o crack”, “Saúde, educação e combate ao crack foram temas no debate no Rio” e “Rio não tem onde internar dependentes de crack”. A abordagem destas últimas, diferente de outras, não se vale de adjetivos ou argumentos, por exemplo, que revelam um lado “demoníaco” da droga.

- *“Serra ataca ações do governo federal contra o crack”*

Logo no início dessa matéria afirma-se que anteriormente (18/08) havia sido publicada uma notícia que “mostrava que os programas federais de combate à droga andavam a passos lentos”. Deste modo, ao mencionar uma matéria que também faz crítica, percebe-se que o jornal está de acordo com a opinião de Serra, uma vez que dá voz a um político de oposição para confirmar o que há 2 dias havia sido noticiado em uma matéria pelo mesmo jornal: a insuficiência da política federal de combate ao crack.

Fugindo da abordagem proibicionista, posteriormente traz a voz de Serra afirmando que: “Está demonstrado que a clínica recupera e é mais fácil largar cocaína e crack do que largar cigarro”. Primeiramente, como visto, as clínicas terapêuticas não dão conta efetivamente do tratamento das pessoas, uma vez que se baseiam no modelo da abstinência e além disso, não existem dados referentes à dificuldade de abandonar o vício do cigarro ser superior ao do crack e da cocaína.

- *“Saúde, educação e combate ao crack foram temas no debate no Rio”*

Essa, apesar de tratar do crack é mais outra que diferentemente das outras, tem foco na questão da Saúde. Sendo assim, não traz uma abordagem pela perspectiva da segurança, mas, no entanto, associa a questão da saúde com a religião.

Sendo assim, com relação a questão do crack, Rodrigo Maia afirma que irá “[...] reativar a Secretária Municipal de Prevenção às Drogas e mobilizar igrejas, tanto católicas como evangélicas, para auxiliar no trabalho.”. Diz ainda que irá cadastrar as igrejas “[...] para que possam receber esses filhos que estão entregues à dependência química.”. Logo, percebe-se que Rodrigo Maia faz uma associação de um problema de Saúde Pública com uma questão religiosa, principalmente ao dizer que a igreja precisa receber “esses filhos que estão [...]”.

O problema da Igreja é que ela associa a dependência a uma questão moral, como uma espécie de “pecado”, logo, deixa de se tratar um problema de Saúde Pública e sim de princípios.

Também não é dito em que as Igrejas poderiam ajudar em torno do tema, o que parece evidenciar o quanto o debate científico não “chegou” aos candidatos que, em última instância, são os responsáveis pelas políticas.

- Maconha

Com relação à maconha, diferentemente do crack, observou-se que praticamente em todas as matérias ela aparece como uma droga leve, de modo que em nenhuma matéria mencionou-se alguma característica negativa a respeito da droga, possuindo assim uma abordagem que aponta para uma política mais tolerante e menos proibicionista.

Vale destacar também que quando o tema da descriminalização era tratado, a droga citada era a maconha. No entanto, as vozes que a mencionavam nas matérias não diziam o porquê de tal escolha, o que talvez possa ser explicado pelo fato de que a maconha é uma droga mais amplamente divulgada, bem como seus efeitos, e por ser consumida principalmente pela classe média tem-se em torno dela uma tolerância consideravelmente maior em relação às demais, dissimilando-a do problema da violência.

Além disso, outra questão referente à maconha que também pôde ser observada foi a não distinção entre os termos “regulação”, “liberação” e “descriminalização” muitas vezes utilizados quando se tratava da droga. Deste modo diversas vezes, inclusive o próprio jornalista, faziam uso dos termos, mas não o diferenciavam, ficando a interpretação por parte do leitor. A fala do presidente uruguaio Mujica em uma entrevista, intitulada “*“Alguém tem que ser o primeiro”, diz o presidente Mujica sobre maconha*”, é a única que destaca haver uma distinção entre as palavras, uma vez que ao ser questionado sobre “Quais os riscos de descriminalizar o uso da maconha”, o presidente destaca que não se trata de liberar a droga, mas sim de estabelecer seu controle “através de uma rede estatal de distribuição”.

Têm-se abaixo alguns exemplos de matérias que tratam ou citam a droga:

- *No País da Cracolândia*

Como dito mais acima, a maioria das matérias que abordam a maconha apresentam um discurso tolerante em torno da droga. Porém, da totalidade de matérias analisadas ”*“No País da Cracolândia*”, por exemplo, que contém a voz do jornalista por ser um artigo, traz crítica a Cannabis.

No final da matéria, o jornalista cita a descriminalização da maconha, afirmando que diversas ONGs, ex-ministros e outras personalidades importantes são a favor de tal medida. Ele, no entanto, se mostra contra a descriminalização da droga, instigando o leitor com perguntas como “E a opinião pública?” e logo após, cita uma pesquisa da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) que revelou que a classe C é a que mais sofre os efeitos da criminalidade e que mais de 90% se opõem à liberação das drogas. Assim, através da pergunta e da pesquisa, provoca, “impulsiona” o leitor a estar

de acordo com sua opinião e associar as drogas de um modo geral à violência e criminalidade.

- *“Maconha é consumida diariamente por 1,5 milhão de brasileiros”*

Essa é outro exemplo de matéria que trata da maconha de modo negativo. Sendo assim, a matéria apresenta de antemão um título alarmante, que se vale de um dado numérico, para despertar a atenção do leitor.

Usando desde o título o recurso dos dados objetivos, a matéria é construída inteiramente por informações provindas do II Levantamento Nacional de Álcool e Drogas-Uso de Maconha no Brasil, realizado pelo Instituto Nacional de Políticas de Álcool e Outras Drogas da Unifesp.

Além disso, no início da matéria e em diversas vezes (totalizando 3 vezes, quase seguidas) é mencionado o fato de que o índice de dependentes de maconha é 37%. A primeira vez afirma-se somente; já na segunda vez o dado aparece na voz do psiquiatra e professor da Unifesp, Ronaldo Laranjeira, que diz que o índice chamou a atenção do pessoal do INPAD; e na terceira, afirma-se : “O índice de dependência – 37%-surpreendeu o especialista”, fazendo referência novamente à mesma pessoa, o psiquiatra, mas desta vez chamando-o de “especialista” e reforçando que a informando o “surpreendeu”.

Com relação a um dos dados, ele diz ainda que o consumo da droga é observado cada vez mais cedo entre os jovens, antes dos 18 anos, o que “pode levar a ter surtos psicóticos na vida adulta”, no entanto, não cita nenhum dado científico.

Mais posteriormente, ao tratar da legalização da droga, a matéria introduz a voz negativa de Laranjeira que diz que, após pesquisa, “quem defende a legalização não nos dá a resposta sobre como tratar os dependentes”. Tudo com intuito de provocar no leitor a indagação referente a questão, questionamento esse que terá como base a opinião do entrevistado, mais que ressaltada, sobre a droga.

O médico enxerga ainda sob o olhar da segurança pública, apesar de ser da Saúde Mental, pois sua opinião é divergente da Reforma Psiquiátrica ao dizer: “A solução não é colocar os usuários na prisão, mas nesses lugares há uma certa intolerância com o consumo”. Suas falas são claramente contra a liberação do consumo.

- *“Especialistas comemoram medida que descriminaliza uso de drogas”*

Já no título da matéria o jornal usa um dos recursos já apontados, o de especialistas, que auxiliam a legitimar determinada opinião do jornalista. Assim, acaba por deixar claro para o leitor que medida deve ser celebrada.

Essa é umas das matérias que, ao ter como tema a descriminalização do usuário de drogas, menciona a maconha. Além dessa, *“Rigor maior contra drogas: projeto de lei prevê penas mais duras”* e *“FH: Tratar o uso de drogas como caso de polícia é inútil e desastroso”*, também são exemplos.

Ela traz a voz da especialista Illona Szabó, Coordenadora da Secretaria da Comissão Global de Políticas sobre Drogas, dizendo: “A lei de 2006 acabou aumentando o encarceramento e provocando injustiças, levando usuários para a cadeia”. É preciso que se seja fixado um limite realista para a caracterização do consumo. O critério hoje é nebuloso e fica a cargo do policial. O usuário não compra [droga] todo o dia. Quando compra, ele compra pra uma semana ou até mais.”.

Nesta fala faz uma crítica às ações policiais quanto as suas medidas, pois o fato de alguém ser pego com uma quantidade grande de determinada droga não significa que este seja um traficante. No entanto, essa droga a que faz referência não seria qualquer uma, pois mais adiante ela especifica num exemplo a questão da maconha: “é preciso discutir o uso medicinal da maconha e a possibilidade de plantio para pequenas quantidades.”. Além disso, ela também se posiciona a favor da legalização da droga.

Por fim, a matéria traz Luiz Flávio, integrante da Comissão de Juristas responsável pelas mudanças no Código, de modo que sua voz vem como uma referência a alguém relacionado ao Código, afirmando: “a decisão segue uma “tendência mundial irreversível”, que é descriminalizar o uso de drogas”. Destaca-se que o uso de mais outra personalidade no final da matéria vem a reforçar a opinião, a favor, do jornal acerca da medida.

- *“Eleito vereador, defensor da Marcha da Maconha quer CPI do crack”*

Essa matéria é um exemplo da divergente abordagem entre o crack e a maconha, na medida em que a última é tratada com total naturalidade.

Logo no início a matéria afirma que o vereador eleito e sociólogo, Renato Cinco, é um dos líderes da Marcha da Maconha, se dedicando quase que por completo a descrever a trajetória do vereador, a fim de posicionar o leitor a respeito de quem se trata. No decorrer da matéria menciona a Marcha da Maconha e a droga em si, inclusive perguntando se Cinco é usuário, vindo tratar da questão do crack somente no final.

No fim, a matéria diz que preocupado com os efeitos do consumo e tratamento de dependentes, o entrevistado “[...] vai propor uma CPI para investigar as condições de atendimento a viciados em crack recolhidos compulsoriamente pela prefeitura nas ruas. E defenderá a ampliação dos centros psiquiátricos públicos [...]”.

Vale ressaltar que a matéria não diz o que seriam esses centros psiquiátricos, porém de acordo com o contexto, o termo aparenta fazer referência as Caps-ad, centros de Atenção Psicossocial para Álcool e Outras Drogas, que mais do que tratarem da dependência e de seus efeitos, promovem a reinserção social dos usuários, por exemplo.

A proposta da investigação e a defesa revelam, aparentemente, que a voz em questão conhece a estrutura do sistema público para estes usuários. Mas isso só é considerável para quem domina o assunto. A matéria, em si, não aprofunda a questão, traz dados sobre a denúncia ou sobre a proposta.

- *“FH participa de lançamento de rede para debater política de combate às drogas”*

A chamada dessa matéria, que tem a perspectiva da Saúde, fala sobre “drogas”, no entanto, cita em duas ocasiões a maconha.

A primeira ocorre ao citar a rede em questão, Rede Pense Livre, e suas propostas afirmando que propõem debates em torno da regulação do uso medicinal e cultivo da Cannabis para consumo pessoal. A outra acontece quando uma das vozes apresenta um estudo apontando que dos presos de SP, classificados como pequenos traficantes porque portavam maconha, 67% tinham apenas 100g. Vale destacar que o estudo foi feito pelo Instituto Sou da Paz, cuja entrevistada é diretora.

O fato de se dedicar uma matéria a um evento favorável a uma mudança na abordagem e na política de drogas é algo que também deve ser destacado. O que pode ser explicado pelo protagonismo do FHC, que é uma figura pública importante e militante da descriminalização da maconha.

- Álcool

A questão do álcool comumente aparecia em notícias sobre a Lei Seca como: *“STJ mantém exigência de bafômetro para provar embriaguez”*, *“Câmara dos deputados aprova mais rigor para Lei Seca”* e *“Lei Seca: expositores no Supremo defendem “tolerância zero”*”, que nada mencionavam sobre a droga em si, somente apresentavam algo com relação à lei.

Diferentemente do citado, aparece em dois exemplos vagos, como em “TCU aponta graves falhas no tratamento de viciados em drogas” ao dizer: “[...] inúmeras deficiências nas ações federais de prevenção e tratamento de dependentes de álcool e de outras drogas ilícitas” e em “FH: Tratar o uso de drogas como caso de polícia é inútil e desastroso”, onde o ex-presidente FHC deseja o mesmo comércio que se tem do álcool para a maconha.

- Cocaína

A única matéria em que é citada, “Brasil é o segundo maior mercado consumidor de cocaína, diz Unifesp”, afirma, sem trazer qualquer especialista, que perdendo apenas para os EUA, o Brasil apresenta o segundo lugar no quantitativo absoluto de usuários da droga, segundo o II Levantamento Nacional de Álcool e Drogas, realizado pela Unifesp.

Foi possível perceber nessa matéria que a utilização de "Unifesp" no título já confere de antemão para o leitor a credibilidade nas afirmações. Além disso, os dados da pesquisa são alarmantes, parecendo denunciar a situação e cobrar providências.

#### 4.2. PERSPECTIVA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Parte das matérias estudadas, 12 de um total de 34, apresentavam a perspectiva da segurança pública ao tratarem da questão das drogas, principalmente quando o crack estava envolvido, já que é comum encontrar em diversas matérias uma abordagem bastante repressiva quanto aos usuários/dependentes da droga.

A maioria das matérias que mencionavam a retirada de usuários de uma crackolândia, por exemplo, comumente mencionavam o uso de uma ação policial repressora e somente após, o “tratamento” destes, geralmente em comunidades terapêuticas. Em nenhuma matéria analisada foi questionado ou dissertado algo sobre o quão violenta foi determinada ação contra os usuários, entendendo-se a naturalização da questão por parte do jornal.

Um artigo que exemplifica bem esse ponto é “No País da Crackolândia”, pois ele faz menção a uma ação policial muito violenta ocorrida em 10 de janeiro de 2012, na qual os policiais foram muito agressivos com os usuários de crack, associando a expulsão do local a algo que resolveria o problema do tráfico de drogas.

Contrapondo-se à questão do crack, a maconha é comumente defendida pelas vozes das matérias, aparecendo como uma droga leve, como já dito, logo, sua abordagem pela perspectiva da segurança pública é completamente diferente. Vale destacar também que, levando-se em conta que grande parte das matérias que citavam a maconha não se baseavam em uma abordagem proibicionista, identificou-se que ao contrário do que acontece com o crack, elas não enfocavam eventuais problemas de saúde causados pela droga: não listavam os efeitos da droga no usuário nem mencionavam métodos de tratamento em caso de uso abusivo, por exemplo. Além disso, as matérias que apresentaram pontos de vista negativos em relação à maconha o fizeram pela associação com a violência.

Ainda fazendo menção às notícias que tinham como abordagem essa perspectiva, das que tratavam do crack por esse viés, grande parte das matérias estabeleciam uma posição de aceitação e naturalização da repressão policial e nem sequer mencionavam a questão de distinguir o usuário do traficante em uma operação da polícia, muitas vezes dando destaque a medidas repressoras que implicitamente direcionavam a uma “limpeza urbana”, que acaba por sua vez, moldando o senso comum de que esses usuários são parte de uma espécie de submundo, que precisa ser afastado do mundo das pessoas “de bem”.

Traz-se abaixo alguns exemplos:

- *“TCU aponta graves falhas no tratamento de viciados em drogas”*

Essa matéria, apesar de não fazer referência a uma ação policial, também introduz o conjunto saúde pública e segurança. Mais do que isso, em determinado momento cita as comunidades terapêuticas, já criticadas em capítulo anterior, e os Caps-ad, também já mencionados. É importante destacar que essa é uma das únicas matérias que falam dos Caps-ad, uma ferramenta de saúde pública diferente das comunidades terapêutica.

A matéria se inicia da seguinte forma: “Auditoria aprovada na tarde desta quarta-feira pelo Tribunal de Contas da União (TCU) indicou graves falhas no policiamento de fronteira para o combate à entrada de drogas no país, bem como inúmeras deficiências nas ações federais de prevenção e tratamento de dependentes de álcool e de outras drogas ilícitas”.

Citando o tratamento e prevenção juntamente com o policiamento de fronteiras, o discurso estabelece uma relação entre uma questão de Saúde Pública e de Segurança. Todavia essa relação é problemática, como consta no capítulo segundo, pois o setor da segurança pública tem suas ações baseadas no proibicionismo, logo, tem seu objetivo direcionado à obtenção de uma sociedade sem drogas e isso, segundo Alarcon, acaba se refletindo no campo da saúde que tem objetivos divergentes, uma vez que deseja tratar dos usuários dependentes combatendo os efeitos danosos do uso abusivo.

Somente depois menciona-se relatório, segundo o qual 55% das comunidades terapêuticas que recebem recursos públicos nem ao menos possuem licença sanitária e além disso, apresentam falhas na quantidade e capacitação de profissionais no atendimento aos dependentes.

Quanto a essas comunidades terapêuticas a Reforma Psiquiátrica e Sanitária também afirmou que a solução que apresentam, de abstinência e muitas vezes internação compulsória, não resolve a situação dos dependentes. Por isso a proposta da redução de danos tem mais apoio na comunidade científica, uma vez que analisa os casos individualmente e oferece um meio de diminuir a frequência e as consequências do uso abusivo, encarando a questão da droga como parte da sociedade e que não existe método para retirá-la de cena.

Em determinado momento, os Centros de Atenção Psicossocial (Caps) são citados e afirma-se que “somente 208 cidades tinham centros especializados para o atendimento de dependentes de álcool e drogas ilícitas”. Fazendo essa breve referência aos Caps ad, Centros de Atenção Psicossocial para Álcool e Outras Drogas, demonstra-se estar de acordo, de certo modo, com seus objetivos.

Depois a matéria retorna novamente com a questão do policiamento de fronteiras e diversas deficiências, como a de embarcações, são citadas.

Vale ressaltar que a matéria se resume a apontar irregularidades das comunidades terapêuticas, ausência de CAPs-ad e falta de formação de agentes, como resultado da auditoria, mas não diferencia essas estratégias, discute ou qualifica. Embora a pauta seja o relatório do TCU, inseridas desta maneira essas informações colocam quase que em igualdade de condições todas essas estratégias, como se pela perspectiva da saúde pública elas fossem similares. Enquanto que, na verdade, quem aposta no CAPs-ad condena a comunidade terapêutica, por exemplo.

Por fim, a matéria é concluída com a fala destoada e confusa do ministro Cedras, que nem sequer menciona a questão que no título é citada como principal, ou seja, as falhas no tratamento de viciados: “É um quadro lamentável o que se vê nos postos da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e organização pública que tem por característica a apreensão de bens. É deplorável se ver a perda enorme do patrimônio público e do patrimônio privado”.

*- TJ-SP suspende reurbanização de área que engloba a Cracolândia*

Essa matéria, por exemplo, naturaliza as ações policiais violentas a que os dependentes de crack e traficantes estão sofrendo e mais do que isso, após citar a prisão dos suspeitos de tráfico, nada diz sobre o que aconteceu com os dependentes, demonstrando não ser relevante a questão do tratamento dessas pessoas e sim o seu “desaparecimento” das ruas.

Sendo assim, logo no início, a matéria afirma: “A área abriga a Cracolândia, local ocupado pela Polícia Militar (PM) desde o começo do ano para afugentar dependentes e traficantes de drogas.”. Deste modo, ao mencionar o fato de que as pessoas que estavam no local foram expulsas, o jornal nem sequer faz uma ressalva sobre a violência por parte da polícia, assim, se torna algo irrelevante.

Chegando no final da notícia, a questão sobre a ocupação da cracolândia aparece novamente. Eloisa Arruda, secretária de Justiça, aparece afirmando que “considerou a ação um sucesso, com a prisão de 165 suspeitos do tráfico, e decretou o fim da Cracolândia”. Isso mostra que a matéria ressalta o que foi feito com os suspeitos de serem traficantes (presos), mas não se refere ao destino ou acompanhamento dos dependentes, que foram expulsos junto com a cracolândia. Logo, a questão é tratada apenas pela perspectiva da segurança.

A matéria é concluída com a seguinte frase: “A cracolândia acabou. A cracolândia não existe mais.”. O que, de certo modo, apoia a violência dos policiais.

*- “Cracolândia: MP abre inquérito para investigar ação do governo”*

Essa matéria se inicia com a descrição de uma ação policial violenta, na qual tiros com balas de borracha e bombas de gás lacrimogênio foram utilizados. Assim, a solução para combater o tráfico, segundo a matéria, seria “expulsar usuários de drogas

de algumas ruas”. O discurso apresentado não menciona o fato de a ação tratar o usuário com violência e não viabilizar nenhum atendimento dos serviços de saúde aos dependentes, não os encaminhando, por exemplo, para uma Caps-ad ou algo do gênero, que como pôde ser constatado brevemente, é o local ideal para realizar o tratamento de dependentes químicos.

Em outra fala, o promotor sugere a abstinência das drogas como método de tratamento, que como visto anteriormente de acordo com Marco Aurélio, geralmente não se faz eficaz, uma vez que isso depende de cada indivíduo, de seu organismo e de vários outros fatores. Entende-se no meio científico que medidas como a redução de danos apresentam melhores resultados, pois apresentam processos mais brandos para o indivíduo, no lugar de uma parada abrupta, por exemplo.

- *“Ação na Cracolândia impulsiona tráfico ambulante”*

A matéria inteira trata da dificuldade do dependente em obter o crack após a ação, mas não cita nada referente a sua saúde ou menciona algo sobre o quanto a ação policial que sofreram, citada na matéria acima, foi violenta ou sequer algo é dito sobre o fato de alguma medida de tratamento. A matéria apenas descreve os fatos, o que confere um tom de naturalidade a situação em que esses dependentes se encontram.

Mais adiante, a fala de uma das pessoas dependentes é usada: "Antes, era mais tranquilo porque o pessoal ficava fumando crack sentado (na Cracolândia). Agora, temos que ficar andando o dia inteiro, fumando na frente de todo mundo", disse à BBC Brasil um dependente que caminhava com o grupo "nômade". Assim, implicitamente ao selecionar essa fala, destaca-se que a grande vitória da operação foi dificultar o uso, deixando os usuários consumindo a céu aberto a droga e não a necessidade de um atendimento aos serviços de saúde, por exemplo.

Possuindo abordagem diferente se comparada ao crack, como dito anteriormente, ao tratar da maconha as matérias mostraram uma discussão jurídica com o intuito de diferenciar o usuário do traficante, alegando ser necessária a estipulação de uma quantidade mínima, que servirá como um parâmetro no momento do julgamento de uma pessoa apreendida com drogas, especificamente, a maconha. Um bom exemplo é a matéria *“Especialistas comemoram medida que descriminaliza uso de drogas”*, que traz duas vozes totalmente a favor da descriminalização do seu uso.

- *““Alguém tem que ser o primeiro”, diz o presidente Mujica sobre maconha”*

Essa é uma exceção das demais, pois apresenta uma abordagem intolerante a droga. No entanto, a justificativa apresentada pelo presidente para tal visão acerca da maconha é facilmente contestada.

Sendo assim, em certo momento Mujica diz: “O que nós esperamos é reduzir o número de crimes nas cidades uruguaias. A maioria dos crimes, hoje, é cometida por jovens delinquentes.”. Ao afirmar que grande parte dos crimes é cometida por “jovens delinquentes”, percebe-se que estabelece uma relação direta entre o uso da maconha por estes e o índice alto de crimes, o que está errado de acordo com profissionais da saúde, uma vez que a maconha, ou qualquer outra droga, não possui nenhuma relação com a questão. Assim, a medida que parece ser progressista, parece ter o objetivo de impedir o uso da maconha por parte destes jovens, já que o entrevistado associa o uso à criminalidade, não tratando como uma questão de saúde.

#### 4.3. PERSPECTIVA DA SAÚDE PÚBLICA

Com relação à perspectiva da saúde praticamente todas as matérias, 28 de um total de 34, apresentavam tal ponto de vista, uma vez que dentro do campo da saúde pública o tema das drogas possui grande importância. No entanto, foi possível observar que boa parte dessas matérias eram construídas pela associação da perspectiva da segurança, de modo que a abordagem da saúde vinha a “reboque” da segurança, que recebia maior ênfase. Além disso, algumas também traziam alguma referência ou discussão sobre a regulação legal das drogas.

Ainda com relação às matérias que faziam referência a alguma ação policial, percebeu-se que o “olhar” da saúde sobre a questão era introduzido após o relato da ação, como se fosse introduzido de modo a resolver o que se gerou com a repressão da polícia aos usuários e dependentes, especialmente com os consumidores de crack.

Também é importante destacar que as matérias que faziam menção a alguma medida de tratamento, por vezes citavam as comunidades terapêuticas ou a internação compulsória como solução para o problema da dependência química, principalmente quando estavam relacionadas a pessoas que utilizam o crack. Porém, com relação aos tratamentos que são legitimados pela saúde pública, é importante ressaltar que duas matérias mencionaram os Caps-ad e duas outras citam os consultórios de rua.

Abaixo algumas matérias que exemplificam:

*- Serra ataca ações do governo federal contra o crack*

A matéria, além de ter um discurso que mescla a perspectiva da saúde com a da segurança, apresenta também a voz do candidato à prefeitura de São Paulo, José Serra, que em uma de suas falas cita as “clínicas terapêuticas”, já criticadas no capítulo anterior.

Logo no início, o texto se refere à matéria publicada anteriormente (18/08) que “mostrava que os programas federais de combate à droga andavam a passos lentos”. Deste modo, ao mencionar uma matéria que também faz crítica, percebe-se que a notícia fundamenta e de alguma forma legitima a opinião de Serra, uma vez que dá voz a um político de oposição para confirmar o que há 2 dias havia sido noticiado em uma matéria pelo mesmo jornal: a insuficiência da política federal de combate ao crack.

Mais adiante, o jornal coloca a fala de Serra dizendo que “Está demonstrado que a clínica recupera e é mais fácil largar cocaína e crack do que largar cigarro.”. Com relação a sua afirmativa, é importante destacar que diz que “está demonstrado” que a clínica (de reabilitação) recupera, mas não se trata de como se deu isso, não cita nenhuma pesquisa, tendo em vista que as ferramentas indicadas por especialistas de saúde são outras. Além disso, como visto, as clínicas terapêuticas não dão conta efetivamente do tratamento das pessoas, uma vez que se baseiam no modelo da abstinência e quanto a dificuldade de abandonar o vício do cigarro ser superior ao do crack e da cocaína, não existem dados referentes.

No fim da matéria Serra promete aumentar o uso de câmeras de segurança na cidade de SP, aparentemente desvirtuando do tema anterior, mas, com isso, a matéria acaba criando um vínculo indireto entre a questão da saúde e da segurança pública. Na verdade, a câmera não possui relação com as ações de Saúde, mas serve para aumentar as ações policiais repressoras.

*- “Decisão sobre permissão do consumo de drogas divide opiniões”*

Essa matéria, que cita a questão do crack em exemplo, também trata da descriminalização do usuário e apresenta o ponto de vista de 3 diferentes especialistas. Vale destacar que essa é a única matéria que trata da descriminalização e liberação do uso das drogas, citando o crack e não a maconha.

Assim, logo no início diz: “O anúncio de que o consumo de drogas pode deixar de ser crime na reforma do Código Penal dividiu opiniões de especialistas pelo país.[...]”.

Se inicia trazendo um dos recursos mencionados no capítulo primeiro, o uso de especialistas, aqui com o intuito de reforçar o fato de que a questão ainda não está bem decidida.

Um dos entrevistados, Pedro Abramovay, professor de Direito da Fundação Getúlio Vargas e ex-secretário Nacional de Justiça (especialista), é totalmente a favor da medida, afirmando que pelo fato de o uso ser considerado um crime, o usuário é julgado por um juiz criminal, o que impede a Saúde de conseguir realizar o tratamento. Além disso, diz: “Na cracolândia, por exemplo, não são médicos que tiram os dependentes de lá, é a polícia”. Assim, ao citar a questão da cracolândia faz uma crítica, não muito direta, às ações policiais que não possuem profissionais da Saúde e não proporcionam atendimento aos usuários, apenas retirando-os do espaço em que estão.

Dando continuidade à matéria, o jornal diz, se referindo à Abramovay: “De acordo com ele a criação de um critério objetivo é positiva e bastante semelhante ao modelo adotado em Portugal. Ele disse que o consumo não aumentou em Portugal e a eficiência policial aumentou porque a polícia passou a combater o tráfico e não os usuários. Em Portugal, a quantidade mínima permitida é o equivalente para uso em 10 dias.”. Deste modo, com o uso do exemplo de Portugal, o discurso “mostra”, mais uma vez ao leitor, o quanto a medida da descriminalização seria algo positivo para o país.

Posteriormente cita novamente a voz de Abramovay: “— Estabelecendo a quantidade você trata as pessoas da mesma maneira.”. No entanto, essa fala não menciona que forma seria essa de tratar as pessoas da “mesma maneira”, pois a descriminalização seria exatamente estabelecer uma diferença entre o traficante e o usuário, logo, aplicar tratamentos diferenciados a estes. O amplo espaço que a matéria reserva para a fala desse especialista, com diversos argumentos, parece legitimar sua posição de defesa da descriminalização das drogas.

Trazendo outra personalidade, Maria Thereza Aquino, professora de psiquiatria da UERJ, mostra que a questão é contraditória, inclusive para quem está dentro da área. Desta vez, cita alguém que comemora, mas diferente de Abramovay, faz ressalva à medida, apontando um caminho ainda mais liberalizante: “É um avanço descriminalizar, mas quantificar é complicado porque a droga varia muito de pessoa para pessoa.”.

No fim da matéria, o jornal cita o procurador da 3ª Vara Criminal de Justiça do Rio de Janeiro, Márcio Mothé Fernandes, que discorda da medida afirmando: “— Sei que é um problema de saúde pública, mas o uso de drogas leva adolescentes a outros atos criminais. Alguém precisa impor limite e a descriminalização sem uma medida mais enérgica é o fim dos tempos, as pessoas não estão preparadas para isso. Não precisa ser pena, mas uma sanção tem que ter, como o tratamento compulsório, por exemplo”.

A fala de Márcio reproduz outra opinião adotada comumente pelo jornal: a de que uma droga leva a outra, não assimilando que é possível utilizá-las sem se tornar um dependente químico, apenas um usuário. Outro ponto também identificado na fala faz referência aos efeitos que as drogas possuem, pois como já visto nos capítulos anteriores, segundo Alarcon ,não existe nenhuma droga que leve seu usuário a cometer atos criminais, com exceção do álcool, que está comprovadamente associado a casos de violência, sendo uma droga lícita e largamente consumida.

Por fim, outra questão também identificada na fala de Márcio diz respeito a medida de tratamento compulsório por ele apontada, que segundo Marco Aurélio Soares, como também mencionado anteriormente, não está de acordo com a perspectiva da Saúde Mental que afirma que o tratamento é ineficaz, já que o paciente é forçado a entrar em um quadro de abstinência.

É importante destacar que essa fala de Márcio Fernandes possui um grande peso na matéria, uma vez que é concluída com tal. Deste modo, apesar de Abramovay ter sido bastante citado durante a matéria, o que revela posição a favor do jornal, a conclusão com a fala de Márcio acaba por revelar uma possível “indecisão” por parte do discurso.

*- Alesp: 79% dos municípios paulistas não têm leitos para dependentes químicos*

Essa é outra matéria que menciona os Caps-ad. Em determinado momento diz: “Hoje, de acordo com a Secretaria de Estado da Saúde, são 68 Centros de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas (CAPs AD) no estado, 20 deles somente na capital. Na conclusão do levantamento, a frente parlamentar reivindica a implantação de novos CAPs AD no estado.”.

*- Tráfico proíbe a venda de crack em favelas do Rio*

Nesse artigo aparece a associação problemática e a interpretação do crack como uma droga devastadora, de modo que basta se consumir para sofrer seus danos.

Após a foto de uma placa que diz: “Em breve a venda do crack será proibida nesta comunidade”, o jornalista afirma que a proibição na favela Mandela “é como uma farmácia anunciando que não vai vender mais remédios de tarja preta”. A comparação da boca de fumo com uma farmácia, na verdade, mostra tamanha a monstruosidade da droga, uma vez que os próprios traficantes irão proibir uma substância que já é proibida.

Em determinado momento afirma: “A ordem de proibir a venda de crack partiu de chefes do tráfico, que estão presos.” Porém, não problematiza o fato de que mesmo estando presos esses traficantes conseguem estabelecer comunicação com seus territórios, o que mostra o seu nível de liderança e comando mesmo distante das favelas e o quanto o sistema carcerário apresenta falhas.

Cita em determinado momento: “há informações de que os criminosos temem que a Força Nacional de Segurança ocupe aquelas favelas [...]”. Deste modo, fica evidente a associação direta entre um problema de saúde e a atuação do setor de segurança, uma vez que as forças de segurança são acionadas para resolver um problema de Saúde Pública.

No fim do texto, ao contrário da maioria das matérias analisadas, não cita nenhum especialista e sim de um líder do Rio de Paz, Antônio Carlos Costa, que faz trabalhos sociais na Mandela, dizendo que apoia a decisão nas favelas, “porque o crack é uma droga devastadora e tem produzido só dor e sofrimento”. A inserção desta fala vem a reforçar o que é repetido exaustivamente pela mídia, ou seja, que o crack é um problema de saúde pública e uma epidemia incontrolável e devastadora. Tudo isso sem que se tenha números para comprovar e sem a preocupação com o acompanhamento e tratamento de usuários e dependentes.

#### *- Rio não tem onde internar dependentes de crack*

A matéria diz que após a ocupação policial na maior cracolândia do RJ, em Manguinhos e Jacarezinho, houve apenas mudança nos pontos de concentração de usuários do crack.

Afirma também que para esse problema não há solução, já que apesar de o poder público ter anunciado o recolhimento de mais de 200 pessoas, não há no estado nenhuma clínica onde possam ser tratados dependentes adultos. Logo, percebe-se que desde o título, a matéria naturaliza a questão da internação compulsória, medida

criticada por especialistas no capítulo segundo, já que faz crítica ao fato de não existirem clínicas responsáveis por estes serviços.

Além disso, em determinado momento da matéria, ao mencionar que após a ocupação policial os usuários somente mudaram de local, vem a ressaltar que nada poderia ser feito, o que revela que o jornalista não conhece ou não considera outra medida fora a internação compulsória.

- *Cardozo diz que há preconceito do Judiciário com usuário de droga*

Essa matéria, diferentemente das outras, trata a questão das drogas como um problema exclusivo da área da Saúde Pública.

Sendo assim, logo no início referindo-se aos usuários de droga, a matéria afirma que segundo o ministro da Justiça, José Cardozo, “[...] o Poder Judiciário precisa deixar de lado a postura de ser o “dono absoluto da verdade” e entrar em contato com outros agentes e profissionais de outras áreas para entender como, de fato, se dá a realidade.” A matéria diz ainda que, para o ministro, “[...] há um preconceito do Judiciário com os jovens que consomem entorpecentes”.

A partir desta introdução percebe-se que há nessa matéria a interpretação da dependência química como um problema de Saúde Pública, uma vez que o ministro Cardozo entende ser necessário o auxílio de outros profissionais (no caso, pertencentes à área da saúde) para o julgamento de usuários de drogas. Diz ainda: “O tráfico exige o tratamento duro, mas o usuário não deve ser tratado como traficante e precisa ser entendido como um problema de saúde pública.”.

Assim como a maconha, o álcool também deve ser destacado quando se trata da perspectiva da saúde, pois por mais que algumas matérias tratassem da Lei Seca de modo geral, identificou-se que outras possuíam caráter informativo ou defesa da saúde e integridade das pessoas.

Segue abaixo um exemplo:

- *Lei Seca: expositores no Supremo defendem ‘tolerância zero’*

Essa matéria é um ótimo exemplo, pois traz dados objetivos e diversas vozes que tratam da política, apresentando seus benefícios à saúde.

A matéria menciona, desde o título e subtítulo, os expositores: “Lei Seca: expositores no Supremo defendem “tolerância zero””; “Delegado aponta, na audiência,

que recusa [...]”. Esse recurso confere veracidade ao que está sendo dito, como visto em capítulo anterior, já que diante da sociedade essas pessoas trazem grande credibilidade ao que está sendo afirmado. E além disso, serve de auxílio na formação de opinião acerca do assunto, já que o jornalista em questão seleciona essas pessoas de acordo com suas visões a respeito do assunto.

Citam-se personalidades que participaram da sessão em vários momentos da matéria, no entanto, se destaca logo no início o “médico Flávio Emir Adura, da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego”, considerado o especialista, que defendia a tolerância zero para o consumo de álcool antes de dirigir, o que acaba por revelar certa posição do jornal a favor da medida.

Este médico traz diversos dados numéricos de acordo com levantamento feito pelo IML (Instituto Médico Legal) de São Paulo que mostram resultados positivos da lei e um dado em específico que vem reforçar a necessidade da abstinência ao dirigir: “43,95 % de vítimas fatais de acidentes de trânsito tinham ingerido bebida alcoólica, segundo resultado de perícia médica ”.

Logo após estes dados, traz-se a voz do médico afirmando: “Eu, em 40 anos de medicina, não vi vacinas ou antibióticos que reduzissem em tão pouco prazo de tempo a mortalidade. A lei tem sido eficiente.”.

Posteriormente, mesmo afirmando: “Apesar dos efeitos positivos da lei, ainda há restrições à sua aplicação”, não se entrevista nem cita ninguém que estivesse contra a medida da abstinência.

Novamente Adura enfatiza a necessidade de não se beber nada antes de dirigir: “Não existe concentração segura de álcool no sangue. A única que não oferece risco é zero.”.

Ainda se referindo ao médico afirma-se que “o médico ressaltou a dor dos familiares de vítimas de acidentes de trânsito”, ou seja, o mesmo especialista usa da ferramenta do emocional. Assim pretendendo mexer com o lado emocional do leitor, reforçando mais uma vez a necessidade da medida.

Menciona outro expositor, o psiquiatra Flávio P., que também é contra a ingestão de qualquer dose de bebida alcoólica. Após, traz mais dados objetivos citados pelo psiquiatra.

No fim da matéria, traz o major Andrade que segundo a matéria “levou a cadeirante Elaine Dutra [...] Ela contou, emocionada, sua história. Elaine tinha 26 anos e um filho de oito quando sofreu um acidente provocado por uma pessoa que dirigiu após

beber.”. Fazendo, deste modo, uma espécie de “apelo” quanto a combinação do álcool e da direção, principalmente quando conclui a matéria com a voz de Elaine: “A mistura de álcool, e direção não combina. Quando acontece um acidente, não é só a gente que fica deficiente [...]”.

### *Usuário X Dependente Químico*

Observou-se que algumas matérias não fazem a distinção entre o termo “usuário” e “dependente”, utilizando-os como se fossem sinônimos, o que acabar por alterar os dados e gerar alarde, principalmente na questão do crack, noticiado comumente como um caso de “epidemia”.

Traz-se abaixo alguns exemplos de matérias:

*- Cracolândia: MP abre inquérito para investigar ação do governo*

Em determinado momento dessa matéria diz-se: “[...] Um resultado concreto é a inauguração, no próximo dia 4 de fevereiro, do Complexo Prates, um centro para acolhimento e tratamento de usuários de drogas e álcool destinado principalmente a usuários de crack daquela região.”. Deste modo, vale destacar que tanto em pesquisas quanto em matérias convencionou-se colocar álcool e outras drogas, afim de destacar que o álcool também é uma droga, no entanto, aqui isso não acontece.

Além disso, também não se faz a distinção entre “usuário” e “dependente químico”, já que, a princípio, um usuário não precisa de tratamento. Para o campo da saúde, “usuário” seria o indivíduo que faz uso da substância, mas não se torna um “dependente” químico, pois faz usos esporádicos da droga.

*- Rio tem 11 cracolândias e 3 mil usuários da droga*

Essa é outra matéria que não faz distinção entre os termos, no entanto, aqui a não diferenciação destes gerou modificações nos dados que, inclusive, podem ser contestados por serem apenas baseados em um mapeamento informal.

Diz-se logo no início: “Nessas áreas circulam cerca de três mil usuários (20% deles menores), o que leva o município a gastar, mensalmente, R\$ 2 milhões no acolhimento e tratamento de viciados. A prefeitura, na verdade, até hoje não fez um mapeamento completo da geografia do crack na cidade.”. Sendo assim, percebe-se que o termo “usuários” foi usado como sinônimo de “dependente”, já que o jornal fala

posteriormente em “acolhimento e tratamento de viciados”. Logo, o termo foi utilizado de forma errada, sendo o reflexo da naturalização da ideia do senso comum de que o crack é uma droga altamente viciante, senso este que o próprio jornal compartilha, logo, reproduz. Ou ainda pode ter sido usado com o intuito de gerar alarde em torno da questão.

#### 4.4. USO DE DADOS OBJETIVOS

Através da análise das matérias, percebeu-se que algumas possuíam dados que poderiam ser facilmente contestados, seja pela fonte ou metodologia do estudo que os gerou. Mais do que isso, foi possível perceber também que todas essas tinham como droga mencionada o crack, que comumente estampa as capas de revistas como a droga devastadora, o que vem a demonstrar o quanto a mídia gera confusão e alarde em torno de questões que, muitas vezes, não estão de acordo com a realidade.

Com relação aos dados acerca do crack, uma matéria da revista Poli afirma que “os dados com abrangência nacional são esparsos e mesmo os que existem são muitas vezes negligenciados na hora de planejar políticas públicas efetivas [...] Além disso, especialistas veem no pânico social causado pela enxurrada de notícias e informações desencontradas sobre o crack uma maneira de garantir apoio para medidas que ferem princípios constitucionais e de direitos humanos”. (Revista Poli, p.18, 2013)

Como dito, é a partir do pânico social que medidas como a internação compulsória e as comunidades terapêuticas são justificadas, uma vez que a mídia acaba por construir uma visão de que não há outra solução para resolver o problema da dependência química dos chamados “crackudos”, por exemplo, além de retirá-los da rua à força, já que “não possuem controle de si” e mantê-los distante do resto da sociedade.

O governo, no entanto, sem se basear em pesquisas, como observado na matéria intitulada “Rio tem 11 crackolândias e 3 mil usuários da droga” se vale do alarde para, com o pretexto de frear o avanço da droga, receber mais recursos, principalmente do governo federal.

Citam-se abaixo notícias que apresentam dados contestáveis:

- *“Combate ao crack anda a passos lentos”*

Essa em certo momento diz: “[...] O crack avança pelo Brasil, e o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, fala em “epidemia” nacional.”. Porém, de acordo com pesquisa anteriormente realizada, pode-se afirmar que não há um grande número de

usuários ou dependentes de crack, tendo índice de 0,7% de uso na vida de acordo com o II Levantamento Domiciliar de 2005. Além disso, o jornal se vale da voz de um especialista para afirmar tal dado. Por fim, também não traz dados objetivos que justifiquem essa “epidemia” e o jornalista não os cobra, além de não definir tecnicamente o que seria “epidemia”.

Sergio Alarcon, psiquiatra e doutor em Saúde Pública, afirma em entrevista à revista Poli que as pesquisas em torno do crack são escassas ou muito antigas, logo, segundo ele, “Falar que estamos vivendo uma epidemia do crack baseado nesses dados é no mínimo leviano – para não dizer absurdo – do ponto de vista científico.”. (ANTUNES, 2013, p.18)

- *“Rio não tem onde internar dependentes de crack”*

Como vimos, nessa matéria afirma-se o poder público anunciou o recolhimento de mais de 200 pessoas e não há no estado nenhuma clínica onde possam ser tratados dependentes adultos. Diz ainda que as duas clínicas que ofereciam 180 vagas estão sem contrato com a Secretaria Estadual de Assistência Social desde 19/08.

Porém, em nenhum momento se diz quem fornece esses dados, logo, perdem total veracidade. Detalhe este que alguns leitores não prestaram a atenção, mas que é de suma importância.

- *Crack se instala no Centro de Niterói e assusta moradores*

Nessa matéria, com base em dados da Secretária Municipal de Saúde afirma-se que : “o número de atendimento a usuários de crack na rede cresceu 25% no último ano”. Entretanto, informando somente isso omite a questão de que, como visto anteriormente, o acesso dessas pessoas aos serviços de saúde é positivo e deve ser cada vez maior, a fim de realizar tratamento referente aos possíveis efeitos abusivos, por exemplo. Deste modo, destaca a informação somente como um indicador do aumento do número de usuários, o que pode ser contestado pelo fato de que o aumento do número de atendimento na rede não significa o respectivo aumento do total de usuários, inclusive pelo fato de que por serem criminalizados alguns não procuram por estes serviços.

- *Rio tem 11 cracolândias e 3 mil usuários da droga*

A matéria, segundo mapeamento informal feito a pedido do Globo, afirma que se constatou a existência de pelo menos 11 crackolândias no Rio, além de outros 6 pontos itinerantes. Além disso, diz também que dos 3 mil usuários, 20% são menores de idade, o que faz com o Município tenha um gasto mensal de R\$ 2 milhões no acolhimento e tratamento dessas pessoas.

Porém, a matéria usa dados objetivos da Secretária Municipal de Assistência Social que foram adquiridos segundo um mapeamento informal a pedido do Globo. O pedido, além de revelar a inexistência de dados oficiais e rigorosos a respeito da situação do crack no RJ, aceita basear a matéria em uma pesquisa informal que não tem garantida a total seriedade acerca das informações, o que não justifica todo o alarde em torno da questão, muito menos sua divulgação tão verídica.

## 5. CONCLUSÃO

Constatou-se que o crack foi a droga que mais chamou a atenção da mídia no período abordado. No entanto, de acordo com dados científicos, as drogas mais consumidas no país são o álcool, com um percentual de 74,6% de uso na vida, e o tabaco, com 44%. Já o crack aparece no 13º lugar no ranking das drogas mais usadas, com 0,7% de uso na vida.

Deste modo, outras drogas deveriam receber mais atenção, já que podem apresentar um maior problema de saúde pública.

Além disso, principalmente em relação ao crack, se observou que nas matérias as questões de saúde pública ficavam subordinadas à perspectiva da segurança pública, baseadas assim na política de proibicionismo, que como visto, tem o objetivo de obter uma sociedade isenta de drogas, com exceção do álcool e do tabaco, consideradas lícitas.

Todavia essa relação da saúde com a segurança é problemática, como consta no capítulo 3, pois o setor da segurança pública tem suas ações baseadas no proibicionismo, logo, tem seu objetivo direcionado à obtenção de uma sociedade sem drogas e isso acaba se refletindo no campo da saúde que, como tem objetivos divergentes, deseja tratar os usuários dependentes combatendo os efeitos danosos do uso abusivo. Com isso, medidas de saúde baseadas na abstinência, como as comunidades terapêuticas, vêm sendo incentivada e financiadas pelo Estado, embora, pela perspectiva da saúde pública, elas não sejam consideradas o melhor caminho para o tratamento de dependentes.

Além disso, em diversas matérias eram utilizados diversos recursos que legitimavam o senso comum acerca da questão das drogas, como a inserção de dramas individuais, que se valem do particular para explicar ou justificar questões mais amplas, bem como a inclusão de referências científicas - na maioria das vezes sem comprovação ou rigor -, além de diversas estratégias, como a voz de um especialista, por exemplo.

Analisando a organização do discurso sobre as drogas, observou-se também que muitas vezes essas ferramentas usadas para transmitir determinadas interpretações não estão explícitas nas matérias, mas aparecem nas “entrelinhas” do que foi dito ou não dito, pois na medida em que algo é omitido, acaba-se por revelar o quanto o seu oposto está contido nos discursos. Tem-se como exemplo o discurso das matérias analisadas sobre a forma de tratamento de dependentes que, ou naturaliza as comunidades

terapêuticas ou, mesmo apresentando críticas por parte de alguma voz em questão, não abre discussão sobre outros métodos de tratamento, por exemplo.

O somatório dessas referências pode ser entendido como o que formata o conteúdo do senso comum, na concepção de Gramsci, discutida no capítulo 1. Como visto, para esse autor, o senso comum é composto por um “emaranhado” de informações, vindas de diferentes referências, que nem sempre condizem com a realidade ou são muito vagas. Sendo assim, ele não é inofensivo: em relação às drogas, esse senso comum jornalístico acaba por reafirmar um medo social, pois há uma ignorância em torno do que é real, e legitimar uma política proibicionista.

Ainda com relação ao crack, identificou-se uma relação de violência contra os usuários, que aparecem nos dados de pesquisas sendo a maioria constituída por homens negros, numa faixa etária adulta e de baixa escolaridade. Pode-se, a partir desta informação, traçar uma relação com as diversas matérias em que ações policiais repressoras contra esses usuários eram tratadas de forma natural, como se essas pessoas deversem, de fato, “desaparecer” da sociedade. Sendo assim, possuíam abordagem menos relacionada aos problemas de saúde e mais orientada pela estigmatização e criminalização de uma população que sofre outros problemas/carências.

A partir disso, entende-se que essa política internacional proibicionista, criada com o intuito de atender os interesses do capital, como dito, auxilia na construção de uma relação das drogas, em especial o crack, no Brasil, com a violência. Mais do que isso, compreende-se que essa associação, formada pelas matérias em torno de uma perspectiva alarmista, é ideológica, pois serve para legitimar um corte de classe.

A matéria *“Decisão sobre permissão do consumo de drogas divide opiniões”*, por exemplo, é a única em que se faz uma crítica às ações policiais. De modo que, um dos entrevistados, Pedro Abramovay, professor de Direito da Fundação Getúlio Vargas e ex-secretário Nacional de Justiça (especialista), diz: “Na cracolândia, por exemplo, não são médicos que tiram os dependentes de lá, é a polícia”. Assim, ao citar a questão da cracolândia, faz uma crítica, não muito direta, às ações policiais que não possuem profissionais da Saúde e não proporcionam atendimento aos usuários, apenas retirando-os do espaço em que estão.

Como mostra de que a associação entre as drogas e a violência é ideológica, diferentemente do crack, a maconha praticamente em todas as matérias era abordada de acordo com uma perspectiva mais tolerante, já que é associada diretamente à classe média. Um exemplo dessa associação é a matéria *“Marcha da Maconha: com balas de*

*borracha e gás lacrimogêneo*”, sendo concluída com a afirmação de que um advogado e uma estudante foram feridos. Mas por que se escolhe concluir a matéria desta forma? Por que escolhe um advogado e uma estudante? Será que somente eles ficaram machucados? Talvez essa seja uma tentativa de exemplificar, mesmo que implicitamente, quem compôs a marcha.

Além disso, chegou-se à conclusão de que a leitura dos jornais leva a uma interpretação ou compreensão da questão das drogas em geral, e principalmente do crack, que não condiz com a realidade. Uma prova disso é a divulgação de uma pesquisa recente que traz dados que antes não existiam, mas isso não muda em nada a abordagem e as informações destacadas pelos jornais.

Essa pesquisa, que tinha o intuito de obter um perfil da população brasileira usuária de crack e outras variações da cocaína, como o “oxi”, merla e a pasta base, bem como a estimativa do número existente de usuários, foi publicada enquanto este trabalho estava sendo desenvolvido. A pesquisa foi realizada a pedido da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) e desenvolvida pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica da Fundação Oswaldo Cruz.

Com base nisso, foram selecionadas, a título de ilustração, matérias divulgadas após o lançamento dos resultados da pesquisa. No jornal O Globo, um dia após a divulgação dos resultados da pesquisa, surgiu a seguinte chamada: *“País tem 370 mil usuários de crack, maior proporção está no NE”*. Apesar do título alarmante, a chamada não está errada, pois segundo a pesquisa esse número corresponde a aproximadamente 0,81%, dado que se comparado aos 74,6% de uso na vida para o álcool e 44% para o tabaco, obtidos no II Levantamento Domiciliar de 2005, indica que a “sensação” de caos gerada pelo jornal não é justificada.

Também no jornal O Globo, na matéria intitulada *“Crack já é usado por 1 em cada 3 consumidores de drogas das capitais”*, diz-se: “Outro exemplo, em Salvador, é Carlos Souza. ‘Eu não tinha ideia de que me viciaria na primeira pedra’, diz. Nem mesmo a morte da mulher por overdose e a perda de um filho, assassinado por traficantes, detiveram seu ímpeto”. Essa, mais alarmante ainda, toma o depoimento do entrevistado, ou seja, um caso particular, como algo geral, como se isso fosse regra ao consumo da droga. Como diz o próprio relatório da pesquisa: “Nas capitais, o tempo médio de uso do crack e/ou similares foi de 91 meses (aproximadamente 8 anos) [...], enquanto que nos demais municípios este tempo foi de, aproximadamente, 59 meses (5 anos) [...]”, sugerindo que o uso da droga vem se interiorizando mais recentemente. Este

achado, relativo ao tempo médio de uso, contradiz as notícias comumente veiculadas de que os usuários de crack/similares teriam sobrevida necessariamente inferior a 3 anos de consumo.”

Com isso, percebe-se que apesar de existirem dados oficiais e científicos, o discurso previamente construído ainda prevalece, ou seja, as notícias continuam gerando a interpretação de que há uma epidemia, que pessoas que consumem a droga uma única vez morrem ou se tornam dependentes, entre outros senso comuns que rondam a droga.

Por fim, jornais se pautam e ao mesmo tempo ajudam a construir o senso comum das drogas, sendo este um senso comum conservador, proibicionista e criminalizador. Mas e a questão da saúde, como fica? Há um silêncio sobre os posicionamentos e tratamentos mais indicados.

## REFERÊNCIAS

ALARCON, Sérgio, SOARES, Marco. **Álcool e Outras Drogas: Diálogos sobre Um Mal-estar Contemporâneo**. Rio de Janeiro : Ed. Fiocruz, 2010.

ANTUNES, André. **Revista Poli - saúde, educação e trabalho nº 20 – Indústria Cultural**. 2011. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=Glossario&Num=24&Destaques=1>>.

ANTUNES, André. **Revista Poli - saúde, educação e trabalho nº 27 – Crack, desinformação e sensacionalismo**. 2013

BASTOS, Manoel Dourado, STEDILE, Miguel Enrique, VILLAS BÔAS, Rafael Litvin. **Dicionário da Educação do Campo - Indústria Cultural e Educação**. Expressão popular e EPSJV/Fiocruz, 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O Leitor de Gramsci**. Ed. Civilização Brasileira, 2011.

GUIMARÃES, Cátia, JÚNIA, Raquel. **Revista Poli - saúde, educação e trabalho nº 22 – Usuários de crack no centro das atenções**. 2012

LIMA, Venício A. de. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2006.

MARILENA, Chaui. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 2008.

MARILENA, Chaui. **Simulacro e poder – Uma análise da mídia**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006.

MORAES, Denis de. **O Imaginário Vigiado**. Editora José Olympio, 1994.

NETO, Antônio Fausto. **Comunicação e mídia impressa: Estudos sobre Aids**. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

**Relatório Final da IV Conferência de Saúde Mental**. 2010. Disponível em: [http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio\\_final\\_IVcnsmi\\_cns.pdf](http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_final_IVcnsmi_cns.pdf)

TORRES, Raquel. **Revista Poli - saúde, educação e trabalho nº 11 – Debate recente e ainda inconcluso**. 2010